

TIP
RELATÓRIO E CONTAS
2022

Transportes Intermodais do Porto



PRIM. ARRIBADA LIPOVA LUBIA 10:10

UBAY SLOVITIN MUCIO I LINDO P*TM



TIP - Transportes Intermodais do Porto, A.C.E.

Av. Fernão de Magalhães, 1862, 12º - 4350-158 Porto

T (+351) 22 507 1172

www.linhandante.com

cliente@linhandante.com

Nº Contribuinte: 506 240 266

Registado com o nº: 506 240 266 na 2.ª Secção da Conservatória do Registo Comercial do Porto

Capital Social: 30.000 Euros

Edição e propriedade: TIP - Transportes Intermodais do Porto, A.C.E.

Fotografia: © Francisco Cardoso

Design: SOOCHY.COM Lda.

Impressão: Costa Carregal

Ano de Edição: 2023

Depósito Legal:

ÍNDICE

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	7
Relatório de Gestão	9
1. Andante em Números	10
2. Factos relevantes em 2022	11
2.1. Evolução da Utilização do Sistema de Transportes Públicos na Área Metropolitana do Porto	11
2.2. 20 Anos da Marca Andante	13
2.3. Nomeação dos Novos Órgãos Sociais do TIP, ACE	14
2.4. Alterações Tarifárias	14
2.5. Evolução da Rede de Vendas	15
2.6. Comunicação com o cliente	18
2.7. Evolução Tecnológica do Sistema	23
3. Caracterização da Rede Intermodal Andante	26
4. Atividade Comercial e Operacional 2022	27
4.1. Validações	27
4.2. Quantidades Vendidas	30
4.3. Receita Intermodal	31
4.4. APP Anda	33
4.5. Cartões Bancários EMVco no Sistema Intermodal Andante	34
5. Auditorias à Atividade do TIP	36
5.1. Inspeção Geral de Finanças	36
6. O TIP e os seus Colaboradores	37
6.1. Estrutura Organizacional	37
6.2. Recursos Humanos	38
7. O TIP e as suas Agrupadas	40
7.1. Estrutura Societária	40
7.2. Composição dos Órgãos Sociais	41
7.3. Modelo de Governo do TIP	44

8. Obrigações de Reporte enquanto Membro do Setor Empresarial do Estado	45
8.1. Objetivos de Gestão e Plano de Atividades de Orçamento	45
8.2. Gestão do Risco Financeiro	46
8.3. Limite de Crescimento do Endividamento	47
8.4. Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores e Pagamentos em Atraso	48
8.5. Recomendações aquando da Aprovação das Contas de 2021	48
8.6. Remunerações	50
8.7. Aplicação do Estatuto de Gestor Público	56
8.8. Realização de despesas não documentadas ou confidenciais	57
8.9. Relatório anual sobre remunerações pagas a mulheres e homens	57
8.10. Relatório anual sobre prevenção da Corrupção	57
8.11. Aplicação das orientações relativas às normas de Contratação Pública	57
8.12. Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	57
8.13. Medidas de redução de gastos operacionais	57
8.14. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	58
8.15. Divulgação das recomendações do Tribunal de contas nos últimos 3 anos	59
8.16. Elaboração e Divulgação do Plano para a Igualdade	59
8.17. Elaboração da Demonstração Não Financeira	59
8.18. Divulgação de Informação	59
9. Desempenho Económico e Financeiro	60
9.1. Introdução	60
9.2. Situação Patrimonial	61
9.3. Resultados	63
9.4. Gestão de riscos	65
9.5. Eventos Subsequentes	66
9.6. Proposta de Aplicação dos Resultados	66
Perspetivas para 2023	67
Contas do Exercício de 2022	75
Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados	80
Anexos	110
Conselho de Administração – Curriculum Vitae	119
Certificação Legal das Contas e Auditoria	124
Relatório e Parecer do Fiscal Único	132



Presidente Conselho de Administração — Pedro Manuel Franco Ribeiro

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nesta minha mensagem começo por refletir aquilo que é efetivamente essencial, “proporcionar um serviço de excelência, diariamente, às pessoas que utilizam os transportes do Sistema Intermodal do Porto”, e, desta forma, agradecer a todos os passageiros a confiança que depositam nos vários operadores deste sistema de mobilidade nesta Área Metropolitana.

De seguida, e porque os resultados conseguidos são fruto do profissionalismo, dedicação e empenho com perseverança que colocamos na nossa atividade, gostaria de dirigir a todos os trabalhadores e colegas do Conselho de Administração, com especial destaque para o Senhor Administrador Delegado, Arquiteto Manuel Paulo Teixeira, o meu muito obrigado — sem eles nada disto seria possível.

Quero também expressar um agradecimento a todas as entidades públicas, bem como ao Governo e demais stakeholders, pelo apoio incondicional na consolidação deste processo, em meu nome e do Conselho de Administração que represento.

Os resultados aqui apresentados espelham de uma forma positiva e inequívoca o referido, tendo sido assim possível transformar 2022 num ano de viragem.

Após três anos de desafios económicos e sociais provocados pela crise sanitária mundial, as expectativas são de uma retoma gradual da atividade económica, com reflexo na procura pelos transportes públicos. Paralelamente, assistiu-se, e assiste-se, a uma instabilidade geopolítica que é potenciadora de incertezas e geradora de impactos ao nível da macroeconomia em que estamos inseridos. Foi neste contexto que o TIP exerceu a sua atividade ao longo de 2022 e que, no seu cômputo, conseguiu constituir um ponto de viragem na sua atividade.

Assim, no exercício desse mesmo ano, registou-se um acréscimo do número de validações intermodais Andante no sistema de transportes da Área Metropolitana do Porto (AMP), em cerca de 42% face a 2021. Em termos absolutos, este crescimento representa cerca de 165 milhões de validações, refletindo uma recuperação muito significativa em relação a anos anteriores. Registou-se, igualmente, um aumento em 43%, face ao ano anterior, na procura total (intermodal e monomodal CP e STCP) dos transportes da AMP, que se traduziu em 181 milhões de validações.

Verifica-se assim que, após um longo período de pandemia, existe uma retoma apreciável na utilização do transporte público.

Os resultados obtidos ao nível operacional refletiram-se ao nível financeiro, quer no EBITDA como no Resultado Líquido que foi apurado. Em 2022, tanto o EBITDA como o Resultado Líquido registaram um acréscimo significativo face ao ano anterior, ascendendo, respetivamente, a 2,5 milhões de euros e a 1,7 milhões de euros. Note-se que, em 2021, o EBITDA tinha sido de 0,8 milhões de euros e o Resultado Líquido cerca de 47 milhares de euros.

Este desempenho operacional e financeiro foi acompanhado por um conjunto alargado de iniciativas empreendidas pelo TIP em diferentes dimensões: definição de uma nova estratégia por parte dos novos órgãos de gestão eleitos; reformulação na estratégia ao nível corporativo, comercial e de comunicação com o cliente, e ao nível da evolução tecnológica do sistema procedimental/processual. No que toca à expansão da Marca Andante, destacam-se duas medidas fundamentais – o alargamento da rede de lojas Andante, com a Nova Loja Andante Hospital S. João, e a reformulação e modernização dos layouts funcionais. Igualmente marcante foi o processo de desmaterialização da bilhética, assim como a utilização de materiais recicláveis, que permitem, de uma forma responsável, continuar a caminhar na mobilidade sustentável que já leva 20 anos de Andante, pomposamente celebrados também em 2022.

Para 2023 perspetiva-se a aposta na melhoria contínua dos subsistemas de suporte tecnológico à atividade do TIP, suportados na arquitetura do sistema. Foi ainda definido um conjunto de iniciativas para alavancar tecnologicamente a atividade do TIP, assente num plano de investimento ambicioso, superior a 3 milhões de euros, necessário a um robusto desenvolvimento da atividade no seio da AMP.

Os desafios são grandes e as metas ambiciosas.

Contem connosco, assim como esperamos poder continuar a merecer toda a vossa confiança!

Pedro Ribeiro

Presidente do Conselho de Administração



RELATÓRIO DE GESTÃO

1. ANDANTE EM NÚMEROS

Validações totais do sistema Intermodal	2020	2021	2022	Δ 21/22
MP	39,49	41,68	65,16	56,32%
STCP	43,56	47,96	63,92	33,30%
CP	5,97	6,33	9,15	44,52%
Outros Operadores	17,17	20,34	26,63	30,93%
(Unidade: milhões)	106,19	116,31	164,87	41,75%

Estrutura de validações por operador	2020	2021	2022	Δ 21/22
MP	37,19%	35,84%	39,52%	10,29%
STCP	41,02%	41,23%	38,77%	-5,96%
CP	5,62%	5,44%	5,55%	1,96%
Outros Operadores	16,17%	17,49%	16,15%	-7,63%

Utilização Títulos Transporte	2020	2021	2022	Δ 21/22
Títulos Viagem	1,30	1,28	1,23	-3,91%
Assinaturas totais	54,22	54,21	51,10	-5,74%
(Média Mensal) Assinaturas normais	55,46	57,97	57,29	-1,17%

Valor médio por validação	2020	2021	2022	Δ 21/22
Títulos de Viagem	1,09	1,05	1,16	10,48%
Títulos de Assinatura totais	0,50	0,53	0,53	0,00%
(Unidade: €) Títulos de Assinatura normal	0,60	0,60	0,62	3,33%

Quantidade de cartões vendidos	2020	2021	2022	Δ 21/22
Andante Azul	1 246,93	1 572,20	2 980,76	89,59%
Andante PVC	85,58	107,35	166,57	56,03%
(Unidade: milhares)	1 332,51	1 678,96	3 147,33	87,46%

Quantidade de títulos carregados	2020	2021	2022	Δ 21/22
Títulos de Viagem	13 858,74	16 035,13	22 226,95	38,61%
Títulos de Assinatura totais	1 619,20	1 756,28	2 659,19	51,41%
(Unidade: milhares) Títulos de Assinatura normal	783,85	807,51	1 168,67	44,73%

Peso Canal de Vendas	2020	2021	2022	Δ 21/22
MVAs rede MP	37,14%	38,59%	44,54%	5,95 pp
Payshop	35,88%	33,91%	28,71%	-6,20 pp
Pagaqui	0,00%			
Lojas Andante	10,84%	10,55%	10,43%	-0,12 pp
SIBS	4,64%	5,08%	4,23%	-0,85 pp
CP Porto	5,58%	5,87%	5,22%	-0,75 pp
MVAs rede CP	4,40%	4,28%	4,60%	0,32 pp
Revendedores	0,49%	0,53%	0,76%	0,23 pp
Privados	0,53%	0,52%	0,38%	-0,14 pp
Anda	0,50%	0,60%	0,91%	0,31 pp
Visa		0,07%	0,22%	0,15 pp
STCP	0,01%	0,00%	0,00%	0,00 pp

Resultados (em SNC)	2020	2021	2022	Δ 21/22
Operacionais	-174 137	72 262	1 765 041	2342,57%
Financeiros	-15 837	-23 258	-54 159	132,86%
Líquidos	-193 486	47 471	1 709 251	3500,65%
(Unidade: milhares €) EBITDA	541 795	835 385	2 519 552	201,60%

NOTA:

Títulos de viagem – bilhetes avulso

Títulos de assinatura totais – títulos de assinatura normal + títulos de assinatura com desconto

Títulos de assinatura normal – títulos de assinatura sem desconto

2. FACTOS RELEVANTES EM 2022

O ano de 2022, não obstante o contexto de incerteza influenciado pelo conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia, apresenta já perspectivas de recuperação do choque pandémico, com a reabertura de todos os setores da atividade económica e o regresso dos cidadãos aos seus locais de trabalho.

Assistimos a uma retoma na utilização do transporte público com níveis muito próximos da procura verificada no período pré-pandemia.

2.1. EVOLUÇÃO DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTES PÚBLICOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

O exercício de 2022 regista um total de 180,8 milhões de validações nos transportes públicos¹ da Área Metropolitana do Porto [AMP], refletindo um crescimento de 42,8% e retomando de forma clara o regresso à utilização do transporte público.

As validações de títulos intermodais Andante totalizam 164,9 milhões de utilizações o que se traduz numa subida de 41,7% face ao período homólogo do ano anterior.

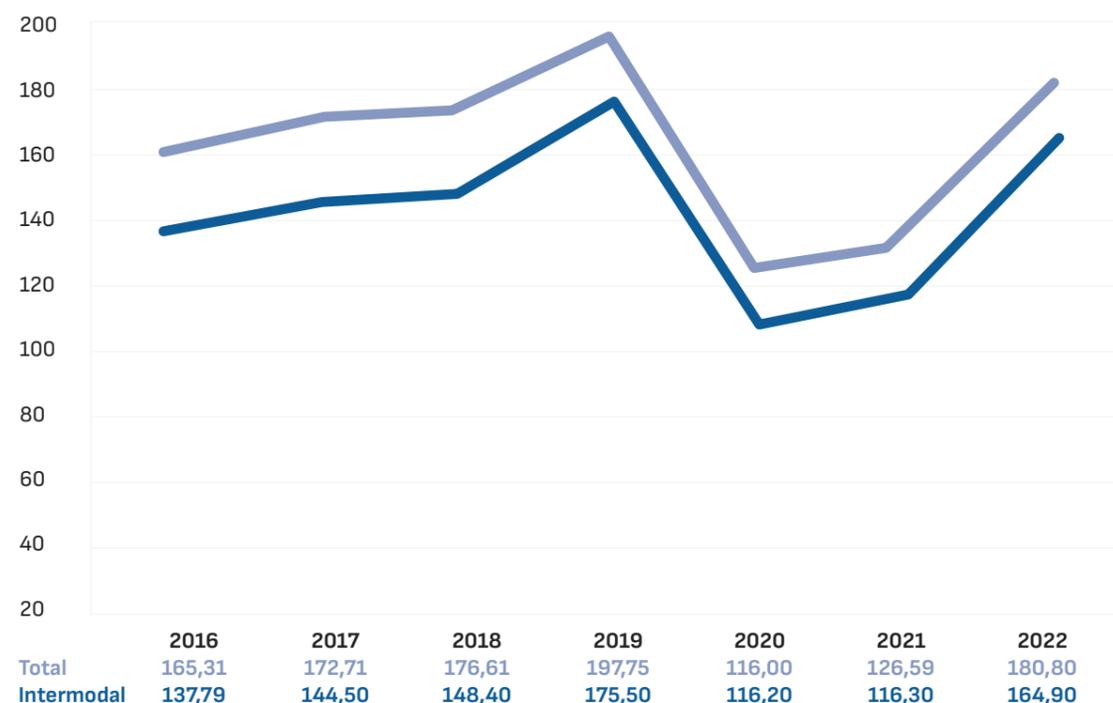


FIGURA 1 – Evolução da Procura de Transporte Público

¹ Considera-se neste ponto como procura de transporte público o conjunto dos passageiros que utilizam o tarifário intermodal Andante e as tarifas monomodais STCP e CP.

VALIDAÇÕES TOTAIS

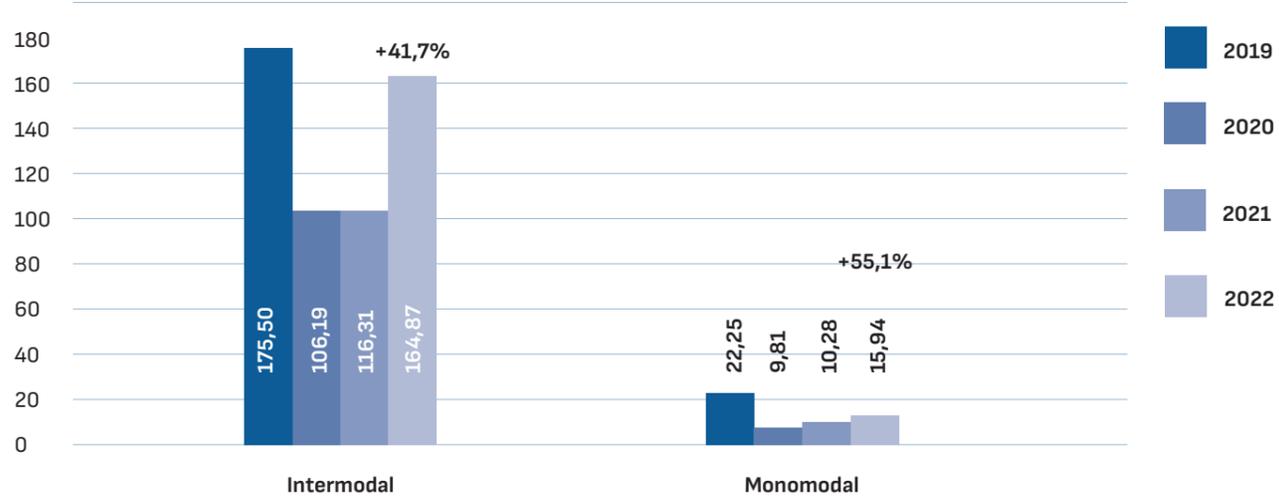


FIGURA 2 - Evolução da Procura Intermodal e Monomodal

2.2. 20 ANOS DA MARCA ANDANTE

Destaca-se desde logo a celebração dos 20 anos da marca Andante comemorados a 20 de dezembro de 2022. Para assinalar esta data marcante foi criada uma peça escultórica de arte urbana, cuja imagem serviu de base ao desenvolvimento da campanha de comunicação. A peça foi criada pelo atelier “Projeto Ruído” dos artistas Frederico Draw e Rodrigo Contra, e consiste numa imagem tridimensional alusiva ao Andante, aos Transportes e aos Clientes. As redes sociais Andante deram amplo destaque ao momento tendo sido especialmente assinalado no Instagram com o lançamento do passatempo “20 Anos. 20 Prémios” tendo sido atribuídas 20 assinaturas Metropolitano anuais carregadas em função do perfil do cliente às frases mais criativas que cumpriram cumulativamente determinados requisitos. Uma vez terminado o evento de comemoração, a referida peça encontra-se em exposição itinerante por locais emblemáticos da AMP e dos Transportes para que os clientes possam observar e fotografar.



CURIOSIDADES

O máximo absoluto mensal de validações intermodais ocorreu no mês de outubro, com aproximadamente 15,8 milhões de validações.
 O maior volume diário de validações intermodais registou-se no dia 11 de outubro de 2022, terça-feira, com, aproximadamente, 696 mil validações.

Maior volume diário

696

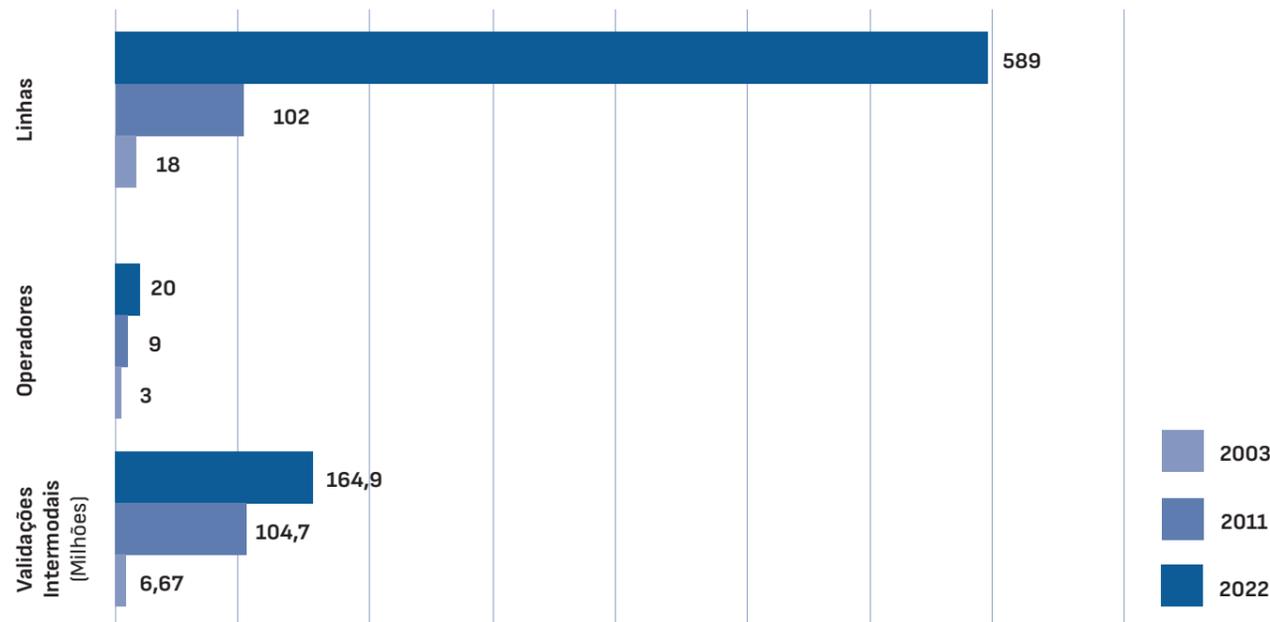
mil validações no dia 11 de outubro 2022

Máximo absoluto mensal

15,8

milhões de validações em outubro 2022

ANDANTE. 20 ANOS DE CRESCIMENTO



2.3. NOMEAÇÃO DOS NOVOS ÓRGÃOS SOCIAIS DO TIP, ACE

A 31 de maio de 2022 foram eleitos em Assembleia Geral os novos órgãos sociais para o mandato 2022-2024 tendo o Senhor Eng. Pedro Manuel Franco Ribeiro sido nomeado para o cargo de Presidente do Conselho de Administração, indicado pela agrupada CP - Comboios de Portugal, E.P.E. e o Senhor Arq. Manuel Paulo Alves Teixeira sido nomeado para o cargo de Administrador Delegado.

A composição dos Órgãos Sociais encontra-se descrita no ponto 7.2.

2.4. ALTERAÇÕES TARIFÁRIAS

No decorrer do exercício de 2022, as assinaturas intermodais não registaram qualquer aumento do seu valor, mantendo-se com o tarifário de 2021.

No entanto, os títulos ocasionais sofreram um agravamento do seu custo. Em cumprimento do estipulado no n.º 2 do art.º 7º da Portaria 298/2018, de 19 de novembro, e por comunicação da Comissão Executiva Metropolitana do Porto foi aprovado pela Autoridade de Transportes da Área Metropolitana do Porto, um novo tarifário intermodal Andante que resultou num aumento médio ponderado de 0,57% correspondente à TAT máxima indicada pela Autoridade Metropolitana de Transportes.

2.5. EVOLUÇÃO DA REDE DE VENDAS

• Nova loja Andante Hospital S. João

A loja Andante transitou para novas instalações estando agora num espaço maior, mais amplo e confortável para os clientes traduzindo-se naturalmente num melhor atendimento.

• Contrato para a Prestação de Serviços de Agentes de Venda Call Center, Recolha de Dados, Transporte de Consumíveis e Documentação

Em fevereiro 2022 teve início o novo contrato para a Prestação de Serviços de Agentes de Venda, Call Center, Recolha de Dados, Transporte de Consumíveis e Documentação com a empresa EGOR, no âmbito do Concurso lançado em 2021.

• Concurso para o Estabelecimento e manutenção em funcionamento de uma rede de vendas de produtos geridos pelo TIP

No decorrer do mês de julho foi lançado o concurso Estabelecimento e manutenção em funcionamento de uma rede de vendas de produtos geridos pelo TIP. Através do referido concurso, o TIP procurou garantir maior acessibilidade e disponibilidade da rede de vendas, com a comercialização de produtos Andante em toda a rede Payshop.

• Concurso para a Prestação de serviços de recolha, abastecimento, contagem e conferência, tratamento, depósito e transporte de valores das MVA em exploração no Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto e na rede de Lojas Andante

Em agosto, foi lançado o concurso Prestação de serviços de recolha, abastecimento, contagem e conferência, tratamento, depósito e transporte de valores das MVA em exploração no Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto e na rede de Lojas Andante. O propósito deste concurso visa assegurar a segurança e a eficácia na gestão dos valores arrecadados, bem como garantir a eficiência nas operações de logística e transporte de valores.

• Operações especiais nas Lojas Andante

Operações especiais na rede de vendas em alturas de maior concentração na procura nomeadamente S. João e Regresso às Aulas com prolongamento de horários, reforço do número de postos de atendimento, melhoria das condições de conforto aos clientes como maior número de lugares sentados e dispensadores de água e reforço de segurança nas lojas das estações.

No caso da campanha de regresso às aulas que implica a renovação de perfil dos clientes 4-18 e Sub23, estas medidas permitiram atender em 2022, mais 25.168 clientes do que em igual período de 2021.

• Simplificação processual

Com o objetivo de simplificar o processo de renovação dos perfis antigos combatentes, tornando-o mais cómodo, eficiente e inteligível para estes clientes, o TIP, a TML, o IMT e a DGRDN, desenvolveram esforços conjuntos para permitir que esta renovação anual se passasse a fazer automaticamente, sem a necessidade de entrega de qualquer documento.

Em 2022 o sistema evoluiu também para a permissão da entrega de documentos assinados digitalmente para o email especificamente criado para o efeito declaracoes@linhandante.com.

• Novos procedimentos

No decorrer do exercício foram implementados diversos procedimentos que permitiram uma gestão mais eficiente da rede de vendas, havendo a destacar:

- Alargamento do prazo de validade dos cartões Andante em PVC (com fim validade em 2022), por mais 12 meses, face ao contexto pandémico vivido;
- Retoma da obrigatoriedade de apresentação do cartão de cidadão com data de validade não caducada, para adesão ou renovação de tarifários andante (até então aceite pelos condicionamentos impostos pela pandemia);
- Possibilidade de renovação dos cartões de funcionários da STCP, reformados e cônjuges nas lojas Andante até então apenas possível na sede da empresa;



2.5.1. LINHANDANTE (LINHA DE APOIO AO CLIENTE)

Em 2022, a Linhandante (LA) rececionou aproximadamente 39 mil chamadas de clientes ou lojas Andante, CP e Municípios.

A LA respondeu a 5.374 pedidos de informação (mais 58% face a 2021), maioritariamente pedidos de 2ª via de fatura, informações sobre adesão / renovação assinaturas sociais e questões sobre a App Anda.

Foram contactados 1.228 clientes, para atualização de dados relativos aos processos sociais entregues.

Registaram-se 908 avarias e situações problemáticas em todo o sistema intermodal, nomeadamente de MVA, Postos de Venda Assistida [PVA] e validadores, as quais foram devidamente encaminhadas para os prestadores de serviço de manutenção.

Foram ainda registados 320 cartões de papel inativos decorrentes do processo de alteração do modelo de dados nos validadores.

A Linhandante foi reforçada com um posto de atendimento face ao aumento considerável de contactos mensais a clientes para regularização de divergências em processos de tarifário com desconto.

De salientar os 46 elogios recebidos no exercício de 2022 pela qualidade do atendimento realizado pelo Linhandante e pelas Lojas Andante.

Dando cumprimento à Lei 14/2023 que revê o dever de informação previsto no regime aplicável à disponibilização e divulgação de linhas telefónicas para contacto do consumidor, alterando o Decreto-Lei n.º 59/2021, de 14 de julho, a linha telefónica 808 200 444 deixou de estar disponível mantendo-se em funcionamento o contacto 226 158 151 (chamada para a rede fixa nacional).

2.5.2. TRATAMENTO DE RECLAMAÇÕES

Em 2022, foram recebidas e registadas pela Linhandante, 5.940 reclamações, o que representa um acréscimo de aproximadamente 30% face a 2021 (4.563) havendo a salientar uma média mensal de 495 reclamações.

Destacam-se como principais motivos das reclamações os pedidos de reembolso por valores retidos nas MVA e falhas no funcionamento da App Anda.

2.6. COMUNICAÇÃO COM O CLIENTE

O contexto de forte incerteza e recolhimento dos clientes imposto pela pandemia reverteu o seu percurso no exercício de 2022 com a reabertura de diversos setores de atividade e regresso das pessoas aos seus locais de trabalho proporcionando uma dinâmica de comunicação mais intensa e proactiva do que nos dois últimos anos.

• Novo Site Andante

No início de maio foi lançado o novo site Andante com um design mais atrativo, informação devidamente estruturada e de mais fácil navegação.

Com o intuito de modernizar e fomentar a interação dos utilizadores com os sistemas de transporte e mobilidade da AMP, o novo Site Andante é focado em três objetivos fundamentais, nomeadamente:

- Site dinâmico e interativo;
- Novas funcionalidades para melhor acesso ao sistema de transporte;
- Estrutura evolutiva para agregar uma visão de MaaS (Mobility-as-a-Service).

(imagem 1)

• Redes Sociais

2022 é também o ano que assinala a abertura da marca Andante às plataformas digitais, nomeadamente Instagram, TikTok, Youtube e LinkedIn, impulsionado pelo lançamento de um passatempo que possibilitou a oferta a 20 clientes de uma assinatura mensal Metropolitana válida para os 12 meses do ano.

(imagem 2)

• Planeador de Viagens

Um marco na comunicação de 2022 é sem dúvida o lançamento do Planeador de Viagens integrado no site Andante que permite ao cliente conhecer as possibilidades de rotas entre os locais de origem e destino apresentando o respetivo tarifário.

(imagem 3)

• Estudos de Expansão da Marca Andante

Foi realizado um estudo com o objetivo de elaborar um diagnóstico estratégico sobre o cartão Andante e as possibilidades de parcerias para valorização e potenciação da oferta de transportes na AMP. Em paralelo, averiguaram-se as melhores práticas e casos de sucesso internacional de oferta de transportes públicos agregada a outras ofertas úteis ao consumidor e avaliou-se o comportamento deste, nomeadamente, na utilização de transportes públicos.

• Campanhas Informativas

As campanhas de renovação obrigatória de perfis de cliente, nomeadamente, 4_18, Sub23 e Antigos Combatentes, foram momentos de comunicação chave e que permitiram alertar para a necessidade imperiosa de renovar atempadamente os perfis, com o objetivo de evitar a concentração de clientes nas lojas Andante. Neste âmbito, foram enviadas cartas e SMS para todos os interessados, a par com as campanhas lançadas nas plataformas digitais.

O objetivo final do TIP é alcançar a total desmaterialização destes procedimentos, permitindo que as ações de adesão e renovação de assinaturas Andante se possam fazer integralmente online, através do seu Portal. Desta forma, poderá libertar o atendimento em loja para os clientes que efetivamente necessitem de apoio à realização de operações ou ao simples esclarecimento.

(imagens 4 e 5)

• Presença Andante em Eventos

→ De 9 a 11 de junho, o Andante marcou presença no festival NOS Primavera Sound divulgando os seus produtos, prestando todas as informações e promovendo a utilização do Transporte Público.

A participação no festival bem como a informação sobre as operações especiais e ligações de transporte público ao recinto foram amplamente divulgadas em diversos suportes digitais próprios e da empresa organizadora do evento.

(imagem 6)

→ Nos dias 26 e 27 de outubro o Andante participou no XVII Congresso Ibero-Americano de Comunicação organizado pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto realizado no Superbock Arena com um colaborador dedicado a esclarecer os congressistas sobre todas as soluções de mobilidade e venda de títulos de transporte.

(imagens 7 e 8)

→ Na senda de cooperação com o ensino, investigação e soluções de vanguarda que permitam promover e melhorar a mobilidade dos cidadãos da AMP, o Andante levou a cabo uma parceria com a FEP Junior Consulting & JuniFEUP (conjunto de estudantes da Faculdade de Economia e de Engenharia de Universidade do Porto que representam em Portugal o conceito de Júnior Empresa) que permitiu aos cerca de 200 participantes do evento Team Weekend 2, realizado a 19 e 20 de fevereiro na Faculdade de Economia, utilizadores da App Anda, a utilização gratuita dos transportes públicos integrados no Andante até um limite máximo de 6 títulos de viagem Z2.

→ A pensar nos estudantes que vão candidatar-se ao Ensino Superior e nas respetivas famílias, a Mostra 2022 foi divulgada com o apoio do Andante no seu Facebook e distribuídos folhetos informativos em todas as lojas Andante.

(imagem 9)

→ Integrado na semana de acolhimento aos estudantes de mobilidade do Instituto Superior de Engenharia do Porto, o Andante renovou a sua presença apresentando as várias soluções de mobilidade na AMP e enfatizando as vantagens na opção pela utilização da App Anda.

(imagem 10)

→ O TIP participou nas conferências “Os Desafios da Mobilidade nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto” evento realizado a 14 de setembro, na Biblioteca Almeida Garrett no Palácio de Cristal contando com a presença do seu Administrador-Delegado como orador no painel sobre “O Conceito de Smart Cities e o Impulso para a Transição”.

→ Ainda no mês de setembro, o TIP esteve representado pelo seu Administrador-Delegado, no papel de orador, no painel de conferências “A Mobilidade nas Cidades e Regiões” tendo como um dos principais dinamizadores o Município de Braga.

IMAGEM 1



IMAGEM 2



IMAGEM 3



IMAGEM 4



IMAGEM 5





IMAGEM 6



IMAGEM 7



IMAGEM 8



IMAGEM 9



IMAGEM 10

2.7. EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA DO SISTEMA

2.7.1. APP ANDA

Não tendo sido possível avançar em 2021, foram finalmente contratados e iniciados em 2022 os trabalhos de desenvolvimento da versão para IOS (Apple), tema indagado com grande insistência, quer pelos media quer pelos clientes em geral, e que o TIP considera um objetivo essencial ao relançamento da APP Anda. Ainda assim, a versão da APP Anda para equipamentos móveis suportados no sistema Andoid, registou um aumento de aproximadamente 5 mil novos utilizadores em 2022.

2.7.2. API ANDANTE (APeX)

Foram contratados e iniciados em 2022 os trabalhos de migração da API Andante para a nova API APEX, trabalho suportado no "Protocolo de parceria tecnológica para a generalização da API APEX", assinado em Outubro de 2021 pelo TIP e TML, dada a importância que ambas as organizações atribuem a este conceito, como elemento fundamental para a manutenção e consolidação dos sistemas de bilhética intermodal nas respetivas regiões e projetando-se numa visão nacional, na persecução de um standard-de-facto.

2.7.3. PGiA

O TIP pretende lançar um concurso para a conceção, desenvolvimento, instalação e colocação em serviço da Plataforma de Gestão Intermodal Andante (PGiA), para atualizar o sistema central de bilhética, existente desde o início da atividade.

Foram consolidadas algumas peças para o lançamento de concurso público, nomeadamente no que se refere à atualização das funcionalidades pretendidas, como por exemplo, consolidação de vendas e macroestrutura do sistema.

2.7.4. PORTAL PARA ADESÃO E RENOVAÇÃO DE PERFIS

Com a comunicação do IMT, em setembro 2022, na qual as declarações de estudantes para as assinaturas 4_18 e Sub23 poderiam passar a ser digitais, desde que com certificado de selo eletrónico, o processo de adesão/renovação destas assinaturas passou a ser viável digitalmente.

Assim, e tendo em conta a quantidade de assinaturas mensais vendidas no total, que ascende a cerca 341 mil no exercício de 2022 e de forma a simplificar todo o processo de adesão/renovação, o TIP desenvolveu esforços para especificar uma forma que permita desmaterializar todo este processo, através de novas funcionalidades no Portal Andante.

2.7.5. DIAGNÓSTICO AOS POSTOS DE VENDA ASSISTIDA

Com a utilização dos Postos de Venda Assistido (PVA) e as alterações de procedimentos e processos que vão ocorrendo ao longo da atividade do TIP, existe a necessidade de se efetuaram adaptações e ajustes à implementação do software dos PVAs, por forma a melhorar a informação recolhida, bem como de melhorar a produtividade dos agentes de venda.

Neste contexto, e tendo presente o número de Postos de Venda Assistida existentes nas Lojas Andante e seus revendedores (1.778), foi efetuado um levantamento de necessidades, de novas funcionalidades (e ajuste de outras) a efetuar nos PVA, que se consideram essenciais para a melhoria do atendimento aos clientes.



3. CARACTERIZAÇÃO DA REDE INTERMODAL ANDANTE

124	20	589	121	1 778
Zonas Intermodais em utilização	Operadores Aderentes	Linhas de Operadores Rodoviários	Estações de Operadores Ferroviários	Pontos de Venda *

* excluindo rede SIBS

TABELA 1 - Indicadores da Rede Intermodal

• 124 zonas da rede intermodal Andante servidas pelos diferentes operadores aderentes

• ARC1 a ARC21, ESP1, GDM1 a GDM9, MAI1 a MAI5, MTS1 a MTS3, OAZ1 a OAZ8, PRD1 a PRD9, PRT1 a PRT3, PV_VC, PVZ2 a PVZ6, SJM1, SMF1 a SMF12, STR1 a STR8, TRF1 a TRF3, VCB1 a VCB9, VCD2 a VCD12, VLG1 a VLG3, VNG1 a VNG12

• 20 operadores aderentes ao sistema intermodal

• CP + MP + STCP + Maré + Valpi + ETG + Espírito Santo + Maia Transportes + MGC + Nogueira da Costa + Pacense + Landim + Funicular + AMP (assumiu linhas operador Arriva) + Rodonorte + Transdev Douro + Transdev Norte + Caima + UTC + Albano, Esteves & Martins

• 589 linhas de operadores rodoviários integradas

• 75 STCP + 32 Maré + 82 Valpi + 48 ETG + 47 Espírito Santo + 27 Maia Transportes + 49 MGC + 3 Nogueira da Costa + 57 Pacense + 7 Landim + 37 AMP via Arriva + 4 Rodonorte + 8 Transdev Douro + 10 Transdev Norte + 49 Caima + 43 UTC + 11 Albano, Esteves & Martins

• 121 estações de operadores ferroviários integradas

• [82 MP + 39 CP]

• 1.778 pontos de venda de títulos intermodais

• 10 Lojas Andante
 • Trindade, Campanhã, Casa da Música, Maia, Brito Capelo, General Torres, Senhora da Hora, Póvoa de Varzim, Hosp. S. João, Bom Sucesso
 • 266 Máquinas de Venda Automática
 • 200 MP + 66 CP
 • 18 pontos de venda de Operadores Aderentes
 • 13 Postos CP: S. Bento, Campanhã, Ermesinde, Devesas, Espinho, Valadares, Trofa, Caíde, Marco de Canavezes, Penafiel, Paredes, Cete e Recarei.
 • 5 Postos Operadores Privados: Valpi, ETG [2], Espírito Santo [2]
 • 1.478 Agentes Payshop
 • 6 Revendedores: Aeroporto [Turismo do Porto e Norte de Portugal], Municípios de Santo Tirso, Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira e Vale de Cambra.
 • Rede Multibanco em todo o país [não considerado no quadro acima referido].

4. ATIVIDADE COMERCIAL E OPERACIONAL 2022

4.1. VALIDAÇÕES

O exercício de 2022, reflete a aproximação aos números registados antes da pandemia, com um total de 164,9 milhões de validações respeitando 82,4% a assinaturas [49,3% normais e 49,4% com desconto] e 17,6% a títulos ocasionais.

A distribuição das validações intermodais por operador no ano de 2022 é a apresentada na Figura 5 e na Tabela 2.

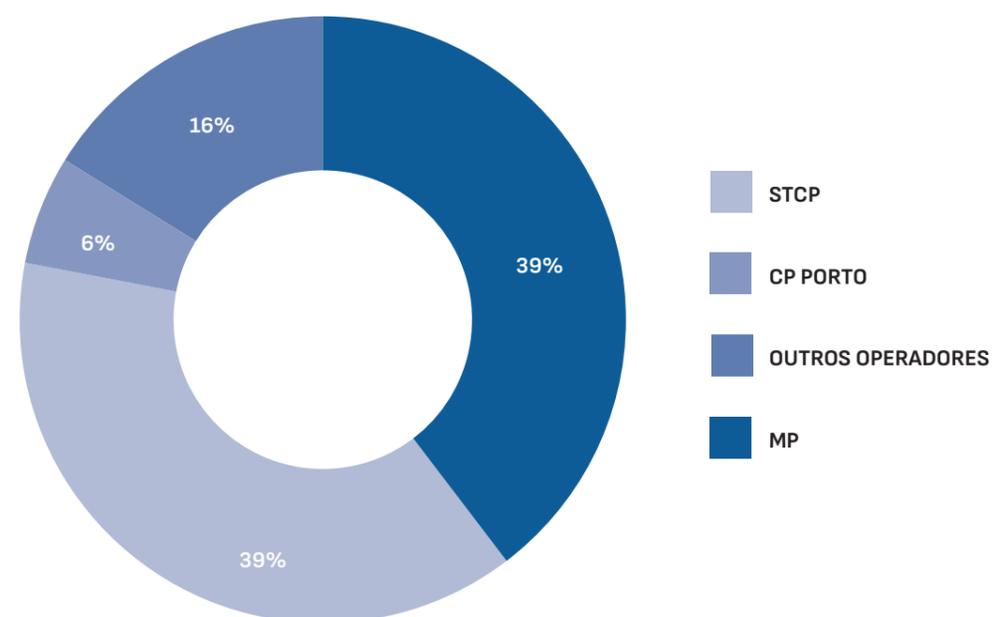


FIGURA 3 - Estrutura da Procura por Operador

VALIDAÇÕES INTERMODAIS

	2019	2020	2021	2022	Δ 21/22
MP*	71,49	39,49	41,68	65,16	56,3%
STCP	69,47	43,56	47,96	63,92	33,3%
CP Porto	8,40	5,97	6,33	9,15	44,5%
Funicular dos Guindais			0,05	0,05	-10,9%
ETG/Gondomareense	7,74	4,79	5,35	6,51	21,8%
Resende	5,26	3,20	3,59	4,86	35,3%
Espírito Santo	4,10	2,30	2,65	3,38	27,6%
Valpi	3,39	2,11	2,49	2,90	16,2%
MGC	2,67	1,96	2,40	3,07	27,7%
Pacense	0,45	0,34	0,40	0,59	47,9%
Maia Transportes	0,60	0,53	0,80	1,20	49,9%
Nogueira da Costa	0,10	0,05	0,08	0,08	-1,6%
Landim	0,07	0,05	0,07	0,12	73,7%
Arriva	0,04	0,05	0,09	0,18	91,3%
Caima	0,34	0,34	0,43	0,69	61,7%
Carvalhos	1,26	1,29	1,63	2,46	51,1%
Rodonorte	0,01	0,02	0,02	0,06	139,1%
Transdev Douro	0,00	0,00	0,02	0,05	201,3%
Transdev Norte	0,10	0,10	0,13	0,22	67,8%
Albano, Esteves & Martins		0,04	0,13	0,22	67,6%
Unidade: milhões de validações	175,50	106,19	116,31	164,87	41,7%

* Inclui Alternativos

TABELA 2 - Evolução do Número de Validações por Operador

Relativamente à procura por zonas, constata-se ser a zona PRT1 [Porto Centro] a que regista maior utilização, com 39,6% das validações totais, seguindo-se as zonas VNG1 [Gaia Mafamude], com 12,0%, e PRT2 [Porto Ocidental], com 8,7%.

No seu conjunto, as 7 zonas mais centrais PRT1, PRT2, PRT3, MAI1, MAI4, VNG1 e MTS1, continuam a concentrar aproximadamente 83% do total de validações do SIA.

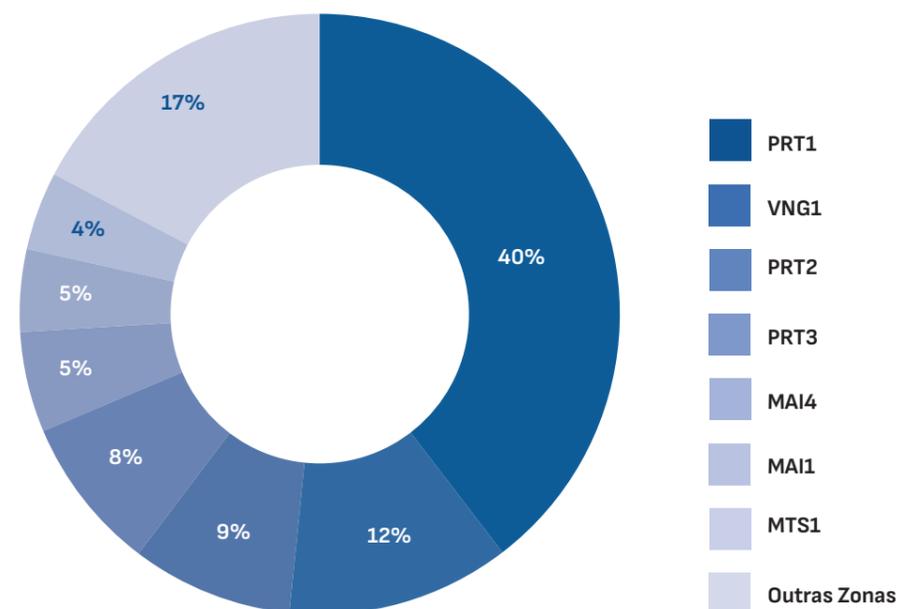


FIGURA 4 - Número de Validações por Zona

As deslocações de curta distância [clientes utilizadores de 2 ou 3 zonas] representam 32,9% das validações efetuadas em 2022, sendo o restante bastante fragmentado por títulos ocasionais de 4 ou mais zonas (67,1%).

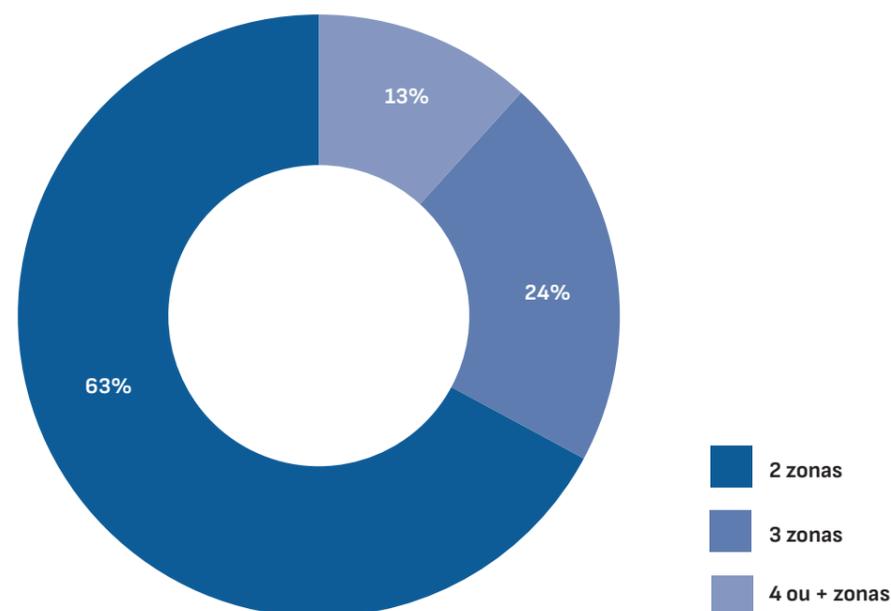


FIGURA 5 - Estrutura das Validações por Número de Zonas

4.2. QUANTIDADES VENDIDAS

Em 2022, foram dispensados cerca de 3,1 milhões de cartões Andante [em PVC e em papel], registou-se uma venda de 22,6 milhões de títulos ocasionais, 1,2 milhões títulos de assinatura normal, 1,5 milhões de títulos de assinatura com desconto e 38 700 mil títulos combinados.

Os títulos de assinatura representam aproximadamente 10% da quantidade de títulos vendidos no exercício de 2022.

TÍTULOS DE ASSINATURA COM DESCONTO

Quantidade Vendida		2019	2020	2021	2022	Δ 21/22
Tarifário Social Andante (TSA)	Criança	7 073				
	Estudante	184 980				
	3ª Idade	397 376	271 497	278 090	328 638	18,18%
	Ref. / Pens.	466				
	Sub-Total	589 895	271 497	278 090	328 638	18,18%
4_18@escola.tp	4_18	105 841	119 568	133 006	198 643	49,35%
	4_18 (A)	71 854	37 393	36 410	43 195	18,63%
	Sub-Total	177 695	156 961	169 416	241 838	42,75%
Sub23@superior.tp	Sub23	85 361	85 880	104 413	195 234	86,98%
	Sub23 (A)	134 928	89 290	101 284	129 540	27,90%
	Sub-Total	220 289	175 170	205 697	324 774	57,89%
Social+	Social+	232 313	155 644	146 982	159 683	8,64%
	Social+ (A)	66 198	46 437	47 874	59 166	23,59%
	Social+ (D)	5 623	3 079	3 280	4 009	22,23%
	Social+ (R)	41	12	5	9	80,00%
	Sub-Total	304 175	205 172	198 141	222 867	12,48%
Família			10 666	24 507	36 677	49,66%
Sub 13			17 163	15 878	17 820	15,78%
Antigos Combatentes	Normal			637	3 644	472,06%
	3ª Idade			42 208	271 214	542,57%
	Sub-Total			42 845	274 858	541,52%
TOTAL		1 309 217	835 344	936 516	1 450 284	54,9%
Peso total venda assinaturas		55,0%	51,6%	53,3%	82,6%	

TABELA 3 - Evolução da Procura dos Títulos de Assinatura com Desconto

A venda de títulos de transporte especialmente vocacionados para turistas – Andante Tour – ascendeu a cerca de 58 mil títulos Andante Tour 1 e aproximadamente 68 mil títulos Andante Tour 3.

4.3. RECEITA INTERMODAL

A receita Andante proveniente da venda de títulos e cartões intermodais ascendeu, em 2022, a 108,9 milhões de euros sendo parte significativa da receita resultante da venda em MVA instaladas na rede MP [44,5%].

O canal de revendedores Payshop surge igualmente com uma quota considerável de carregamentos, na ordem dos 29%, havendo também a assinalar um crescimento de aproximadamente 120% das vendas através da App Anda e 335% através do canal Contactless.

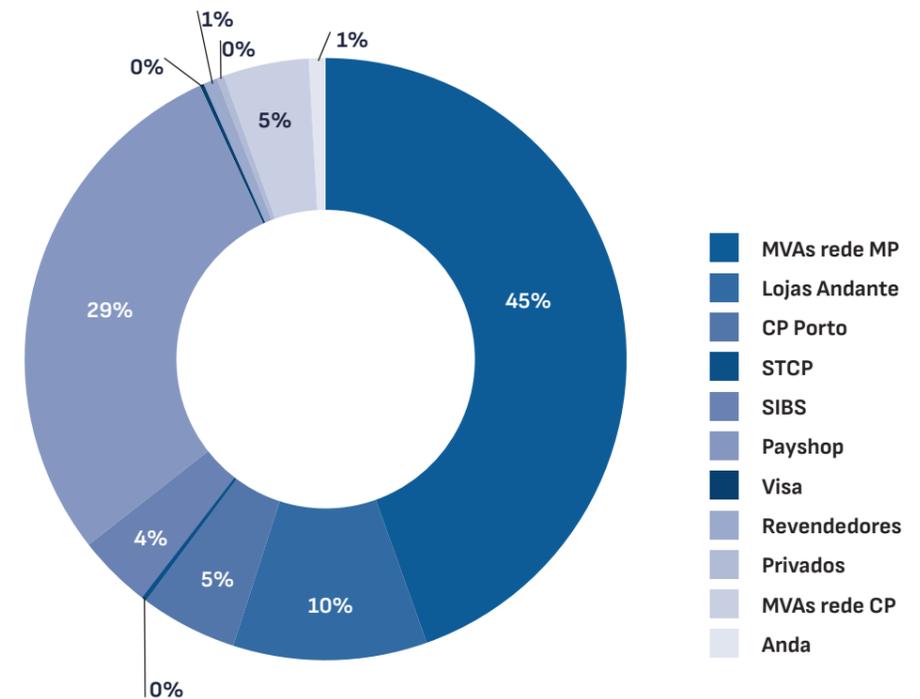


FIGURA 6 - Estrutura das Vendas por Canal

Da análise do total de carregamentos de títulos de transporte Andante, efetuados durante o ano de 2022, resulta que a sua maioria é realizada nos canais de venda automática, ou seja, nas Máquinas de Venda Automática, nas Caixas Multibanco, através da APP Anda e cartões bancários contactless, tal como se pode observar no gráfico seguinte.

Os canais de venda manual englobam as lojas Andante, revendedores, agentes Payshop, pontos de venda Andante dos Municípios e terminais dos operadores privados.

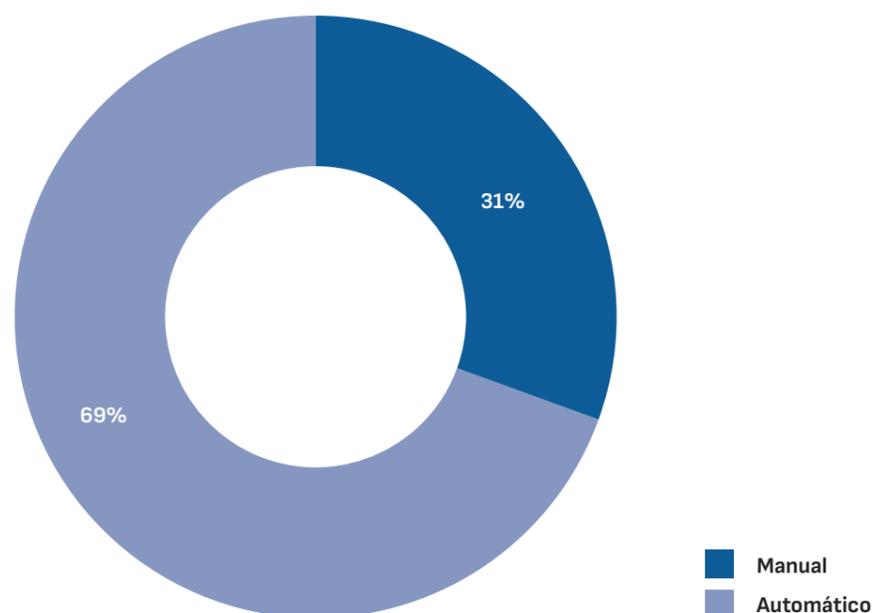


FIGURA 7 - Estrutura das Vendas por Tipo de Canal

Os carregamentos de assinaturas efetuados durante o ano de 2022 [2.659 mil], as respetivas validações [135,88 milhões] e a receita correspondente [71,78 milhões de euros], permitem constatar que os clientes de assinatura pagaram, em média, 0,53 euros por cada validação e efetuaram, em média, 51,10 validações por mês.

As assinaturas normais representaram 1.170 mil carregamentos e 67,05 milhões de validações, às quais corresponde uma receita de 41,35 milhões de euros, apresentando uma receita média de 0,62 euros por cada validação e um número médio mensal de 57,29 validações.

Relativamente aos títulos de viagem Andante, do total de carregamentos efetuados [22,23 milhões], das respetivas validações [27,37 milhões] e da receita correspondente [31,68 milhões de euros], conclui-se que os portadores destes títulos pagaram, em média, 1,16 euros por cada validação e efetuaram, em média, 1,23 validações.

4.4. APP ANDA

Na tabela seguinte resumem-se os principais indicadores de atividade da APP Anda durante o ano de 2022.

	Viagens		Novos Registos	
Número Total	1 285 283		25 187	
Média Mensal	107 107		2 099	
Melhor Mês	143 528	Novembro	3 816	Setembro
Melhor Dia	6 382	07/dez	278	23/jun

TABELA 4 - Indicadores Anda

Do ponto de vista de níveis de utilização, o ano de 2022 correspondeu, de facto, a um significativo impulso muito expressivo da APP Anda, conforme se documenta nas figuras seguintes.

	Viagens	Registos	Prontos a Viajar	Vlajaram
2018	248 921	20 626	7 562	6 755
2019	699 712	13 048	4734	3 952
2020	478 323	10 530	3 397	2 799
2021	613 574	8 814	3 717	3 187
2022	1 285 283	25 187	10 820	7 911

TABELA 5 - Evolução Anda

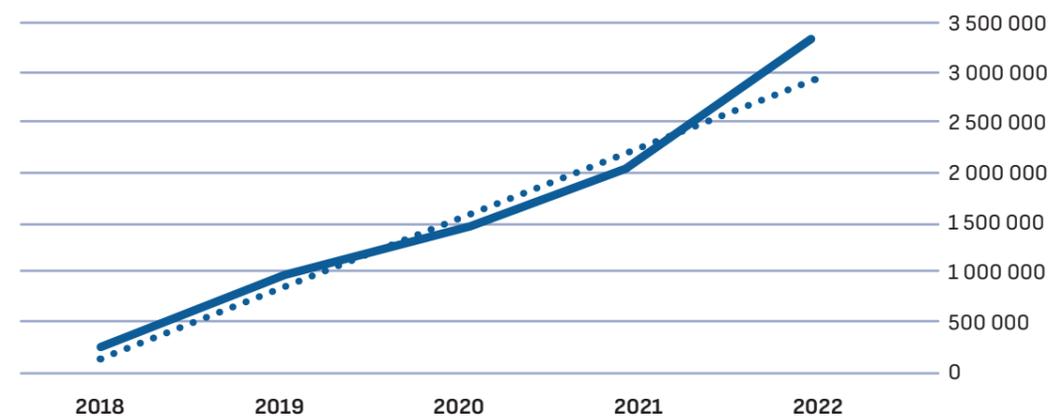


FIGURA 8 - Evolução Viagens Anda (valores acumulados)

4.5. CARTÕES BANCÁRIOS EMVco NO SISTEMA INTERMODAL ANDANTE

O projeto lançado em 2021 tem tido uma significativa projeção internacional sendo utilizado de forma regular e consistente pelos clientes ocasionais do Sistema Intermodal Andante.

Na tabela seguinte resumem-se alguns indicadores de atividade durante o ano de 2022.

Ano	Validações (taps)	Média taps/mês	Nº Cartões distintos	Média taps/cartão
2021 (6 meses)	32 115	5 352	19 629	1,63
2022	119 242	9 936	72 598	1,64

TABELA 6 - Validações LOOP 2021-2022



Os gráficos abaixo, testemunham ser o mercado turístico internacional o alvo principal desta solução, com cartões provenientes de cerca de 130 países diferentes, tendo representado uma percentagem a rondar os 84%, ainda que, muito provavelmente, bastante influenciada pelas linhas (MP e STCP), selecionadas para o arranque do projeto piloto, de cariz turístico marcante.

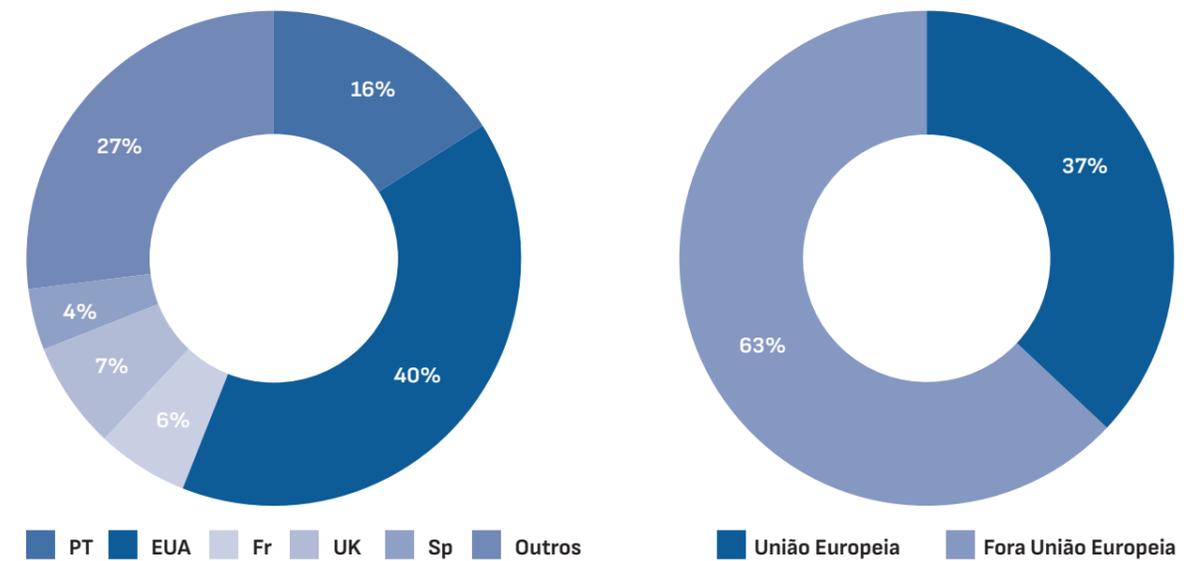


FIGURA 9 - Principais Mercados de proveniência dos clientes em 2022

O TIP previa iniciar, ainda durante 2022, a Fase 2 do projeto LOOP, com a sua extensão à totalidade da rede do Metro do Porto, o que acabou por ficar comprometido pelo atraso no fornecimento dos novos Validadores deste operador, motivado pela escassez que se tem verificado no mercado dos circuitos integrados (chips) com impacto em toda a produção de eletrónica a nível mundial.

5. AUDITORIAS À ATIVIDADE DO TIP

5.1. INSPEÇÃO GERAL DE FINANÇAS

Em 2022 não foi registada qualquer auditoria financeira referente a compensações financeiras a atribuir pelo Estado pelo serviço público prestado no âmbito do Acordo para a implementação do tarifário social no Sistema Intermodal Andante.



6. O TIP E OS SEUS COLABORADORES

6.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional deste agrupamento reflete a sua organização por processos, tendo a estrutura atual sido aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada a 13 de dezembro de 2010.

GESTÃO DO SISTEMA DE BILHÉTICA INTERMODAL

- Equipamentos - Aquisições e Manutenção
- Comunicações
- Software
- Cartões

TARIFÁRIO E RECEITA INTERMODAL

- Tarifário
- Modelo de Repartição da Receita
- Sistema central de Bilhética
- Base de Dados
- Auditorias Operacionais

INTERMODALIDADE

- Planeamento
- Redes Complementares
- Georeferenciação
- Gestão Contratos Andante

MARKETING

- Rede de Atendimento
- Informação ao Público
- Comercial
- Campanhas

FINANCEIRO

- Conferência de Receita
- Facturação
- Contabilidade / Tesouraria
- Informação de Gestão

FIGURA 10 – Estrutura Organizacional

6.2 RECURSOS HUMANOS

Nos termos do Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Habitação de 20 de dezembro de 2002, o TIP não dispõe de quadro de pessoal próprio, sendo a disponibilização dos seus recursos humanos assegurada pelas Agrupadas.

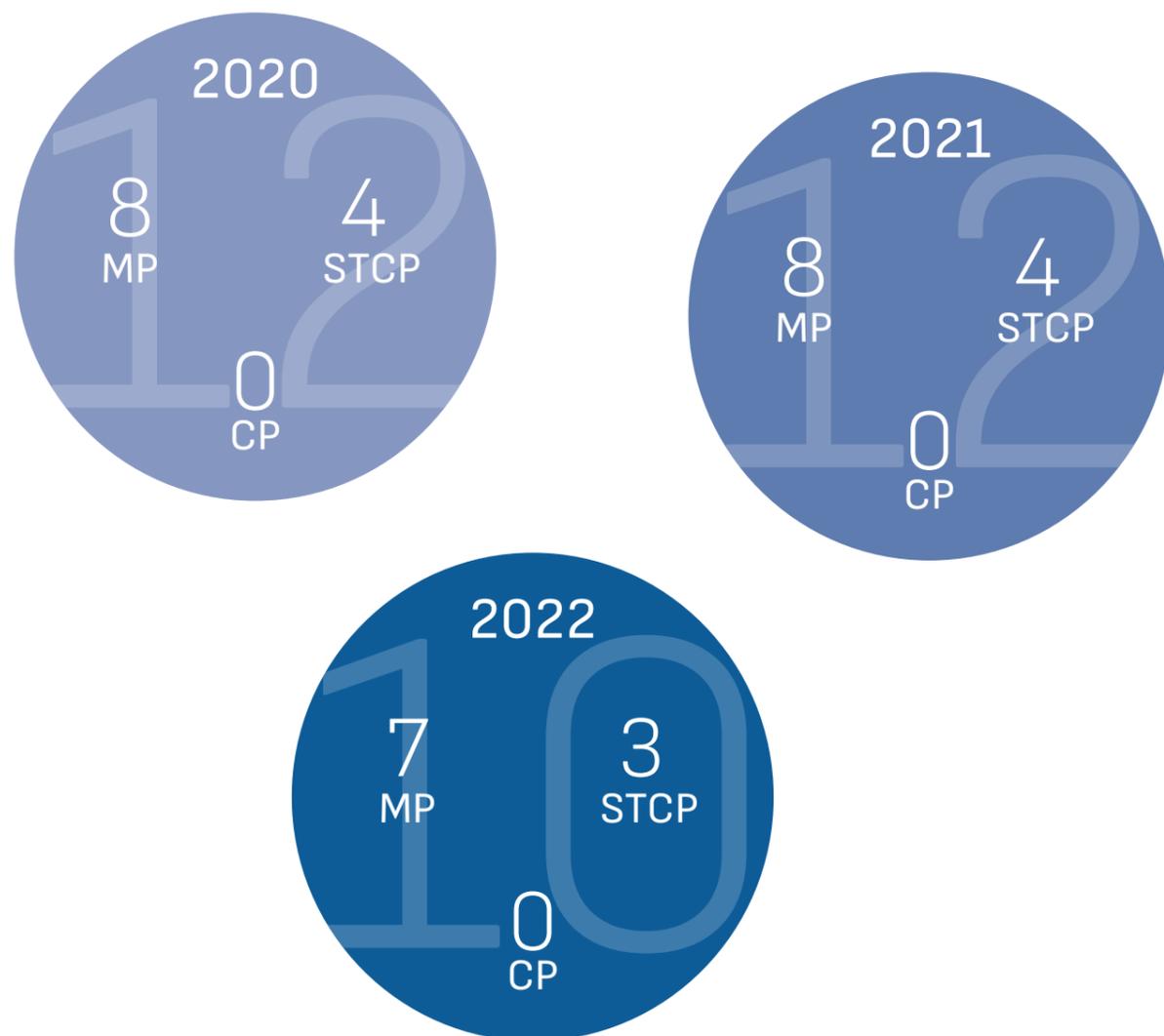
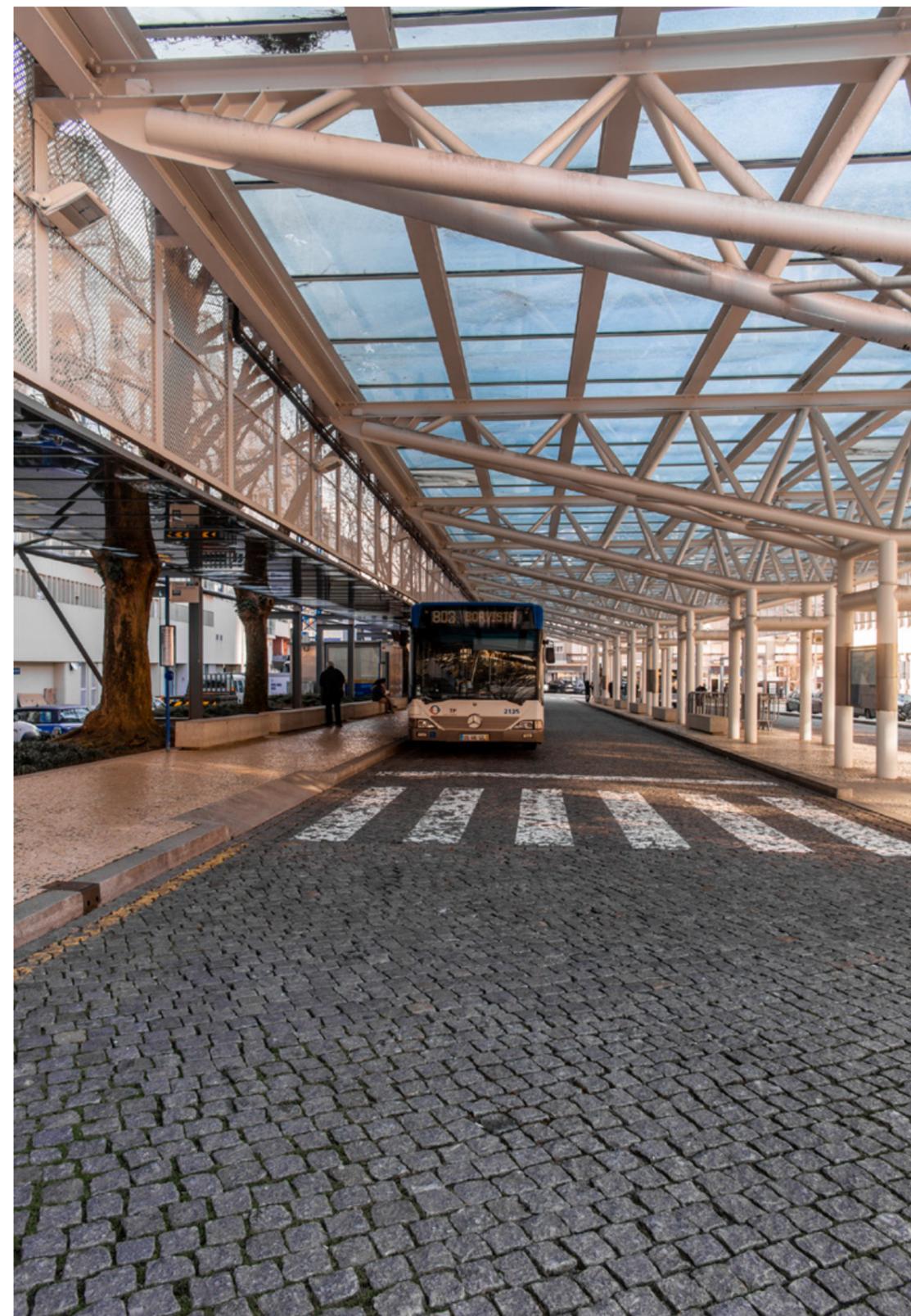


TABELA 10 - Número de Colaboradores por Empresa de Origem

Dos 10 elementos em serviço neste ACE a 31 de dezembro de 2022, 50% pertencem ao sexo feminino.

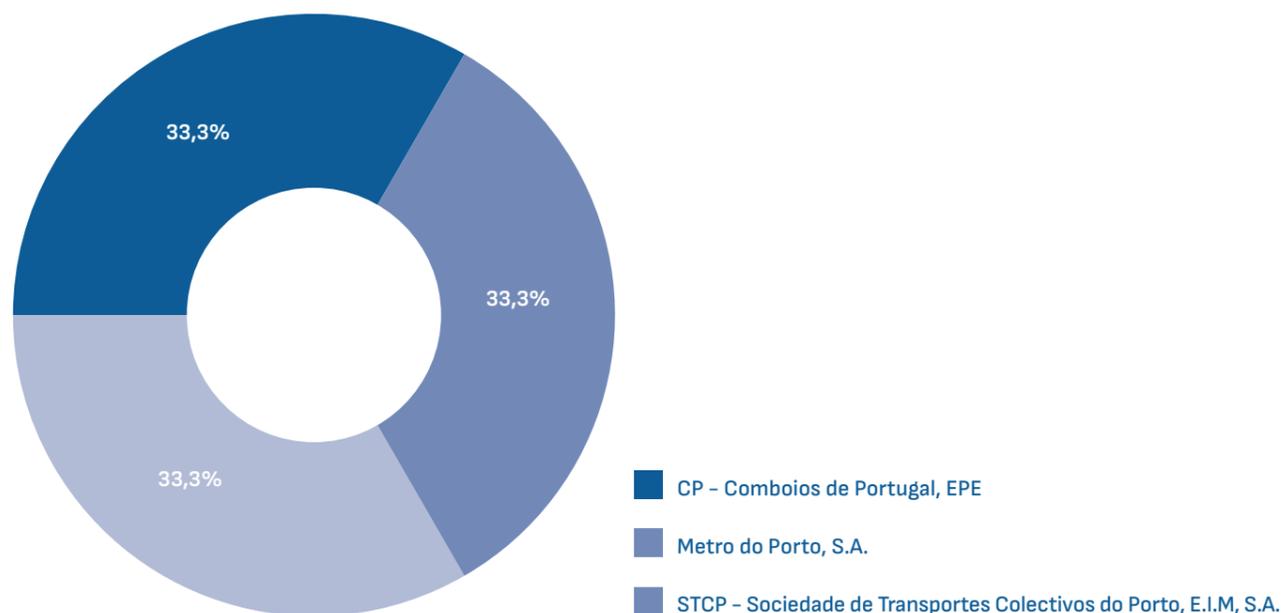


7. O TIP E AS SUAS AGRUPADAS

7.1. ESTRUTURA SOCIETÁRIA

O TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE é um agrupamento complementar de empresas, constituído a 20 de dezembro de 2002, pelos operadores de capitais públicos: Metro do Porto, SA [MP], Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M, S.A. [STCP] e Comboios de Portugal, EPE. [CP].

Não se registaram alterações no capital social do Agrupamento de 30.000 euros [trinta mil euros], mantendo-se a estrutura societária inicial, continuando o TIP a ser detido equitativamente pelas suas três agrupadas.



7.2. COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Durante o ano de 2022 destaca-se a seguinte alteração na composição dos Órgãos Sociais do ACE:

- 22/03/2022: Renúncia da Senhora Dr.ª Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça ao cargo de Vogal do Conselho de Administração;
- 30/03/2022: Substituição, por cooptação, da Senhora Dr.ª Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça, pela Senhora Dr.ª Cristina Mafalda Nieto Guimarães Pimentel, para o cargo de Vogal do Conselho de Administração;
- 31/05/2022: Eleição dos membros do Conselho de Administração, Mesa da Assembleia Geral e do Fiscal Único para o Triénio 2022-2024;
- 31/05/2022: Nomeação do Senhor Arq. Manuel Paulo Alves Teixeira para o cargo de Administrador Delegado, com início de funções a 01/06/2022.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

A composição da Mesa da Assembleia Geral, para o mandato 2022-2024, foi aprovada em reunião deste órgão de 31 de maio de 2022.

MANDATO 2022-2024

CARGO	NOME
Presidente	Jorge Miguel Osório de Castro Ribeiro Pinheiro de Magalhães
Vice-Presidente	Henrique Costa Ramos Megre
Secretário	Carlos Paulo Rocha de Sousa Santos Correia

As competências da Assembleia Geral do TIP encontram-se definidas no ponto 8 do Artigo 8º dos seus Estatutos. São da competência da Assembleia Geral, além das previstas na lei, as matérias seguintes:

- Alteração dos Estatutos;
- Aprovação do relatório anual de gestão e contas do exercício;
- Entrada de novos membros para o Agrupamento, bem como consentimento à cessão da participação de qualquer membro no Agrupamento;
- Exclusão de qualquer membro;
- Dissolução do Agrupamento e aprovação das contas de liquidação;
- Quaisquer atos que não sejam da competência exclusiva do Conselho de Administração, ou que lhe sejam submetidos por este, ou que as Agrupadas decidam incluir na sua esfera de competência ou submeter, caso a caso, à deliberação da Assembleia.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Cada entidade agrupada tem o direito de designar um administrador para o Conselho de Administração, sendo os restantes dois eleitos em Assembleia Geral que designará o Presidente.

A Senhora Dr.ª Cristina Mafalda Nieto Guimarães Pimentel foi cooptada para o cargo de vogal do Conselho de Administração, indicado pela agrupada STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M, S.A., para preencher o lugar vago por renúncia da Senhora Dr.ª Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça, em 22 de março de 2022.

Os membros do Conselho de Administração para o triénio 2022-2024 foram eleitos em reunião de Assembleia Geral de 31 de maio de 2022. Por deliberação na mesma, o Senhor Eng. Pedro Manuel Franco Ribeiro foi nomeado para o cargo de Presidente do Conselho de Administração, indicado pela agrupada CP – Comboios de Portugal, E.P.E. e o Senhor Arq. Manuel Paulo Alves Teixeira foi nomeado para o cargo de Administrador Delegado.

Nos termos do Artigo 9º ponto 4 dos Estatutos do TIP, “compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo das demais competências que a lei ou os presentes Estatutos lhe conferem, a definição da estratégia e as políticas a seguir pelo Agrupamento, bem como a prática de quaisquer atos tendentes à realização do objeto do Agrupamento.”

Nos termos do número 5 do mesmo artigo, a gestão corrente da sociedade encontra-se delegada num administrador – Administrador Delegado – no respeito dos limites fixados pelo Conselho de Administração.

MANDATO 2022-2024

Cargo	Nome	Empresa Representada
Presidente	Pedro Manuel Franco Ribeiro	CP – Comboios de Portugal, E.P.E.
Vogal	Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça (1)	STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A.
Vogal	Cristina Mafalda Nieto Guimarães Pimentel (2)	STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A.
Vogal	Tiago Filipe da Costa Braga	Metro do Porto, S.A.
Vogal	Maria João Ferreira da Silva Santos	CP – Comboios de Portugal, E.P.E.
Administrador Delegado	Manuel Paulo Alves Teixeira (3)	Eleito pela Assembleia Geral

(1) Renúncia ao cargo comunicada a 22/03/2022, cooptado em CA a 30/03/2022 ratificado em AG a 31/05/2022

(2) Cooptação em CA a 30/03/2022, ratificado em AG a 31/05/2022

(3) Nomeado para o cargo a 31/05/2022, com início de funções a 01/06/2022

FISCAL ÚNICO

Nos termos do Artigo 12º ponto 3 dos Estatutos do TIP, “o Agrupamento terá um Fiscal Único, a designar pela Assembleia Geral, por um período de três anos, que deverá ser um Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as funções de fiscalizar a gestão e dar parecer sobre as contas e as demais previstas na lei relativamente às sociedades anónimas”.

A eleição do Fiscal Único para o triénio 2022-2024 foi aprovada em reunião de Assembleia Geral de 31 de maio de 2022 sendo as funções exercidas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos, SROC, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº53 e registada na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários com o nº 20161396, representada pelo Senhor Dr. Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos, Revisor Oficial de Contas nº1314.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos presta serviços de ROC no TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE desde o exercício económico de 2003. Até ao ano de 2012 a SROC foi representada pelo sócio Carlos Alberto Freitas dos Santos (ROC n.º 177), passando a ser representada pelo sócio Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos (ROC n.º 1314), desde o exercício de 2013.

7.3. MODELO DE GOVERNO DO TIP

O modelo de governo do ACE encontra-se detalhado no Relatório de Governo Societário.



8. OBRIGAÇÕES DE REPORTE ENQUANTO MEMBRO DO SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

A informação constante do presente capítulo foi elaborada em cumprimento pela legislação aplicável, nomeadamente o Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, com as alterações entretanto introduzidas, que aprovou o Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado e dando cumprimento às orientações recebidas através do ofício-circular nº631 de 10 de fevereiro de 2023 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

8.1. OBJETIVOS DE GESTÃO E PLANO DE ATIVIDADES DE ORÇAMENTO

Não foram definidos objetivos de gestão pelas Agrupadas para o ano de 2022.

Indicadores	PAO 2022	Executado 2022	Desvio (Executado - PAO)	Observações
Resultado Líquido	219 451	1 709 251	1 489 800	
EBITDA	1 010 551	2 519 552	1 509 001	
Resultado Operacional (EBIT)	250 155	1 765 041	1 514 886	
Volume de Negócios	5 424 486	7 082 010	1 657 524	
Endividamento	-	-	-	
Dívida Financeira	-	-	-	
Líquida/EBITDA	-	-	-	

O Plano de Atividades foi aprovado pela Assembleia Geral na sua reunião de 31 de maio de 2022. A execução financeira do Plano de Atividades e Orçamento para 2022 é apresentada na tabela seguinte.

Investimento/Projeto	PAO 2022	Executado 2022	Desvio (Executado - PAO)
Anda - Monitorização/Manutenção	24 000	0	-24 000
Anda - IOS	140 000	70 877	-69 123
API - APEX	100 000	0	-100 000
BI	24 000	0	-24 000
Bilhética Andante	60 000	0	-60 000
CCB	184 000	0	-184 000
cEMV - Fase 1/Piloto	40 000	0	-40 000
cEMV - Fase 2	40 000	0	-40 000
cEMV - Fase 3	34 000	0	-34 000
Infraestrutura IT	360 660	68 588	-292 072
MeSS	133 750	46 980	-86 770
Portal Andante	24 000	2 650	-21 350
Quiosque Andante	55 608	0	-55 608
Diversos	0	0	0
TOTAL	1 220 018	189 095	-1 030 923

[valores expressos em euros]

8.2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

A tabela seguinte apresenta a evolução dos encargos financeiros e da taxa média de financiamento nos últimos cinco anos:

Anos	2018	2019	2020	2021	2022
Encargos Financeiros (€)	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
Taxa Média de Financiamento (%)	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a

No exercício de 2022, a empresa não teve qualquer montante relativo a passivo remunerado.

8.3. LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO

A tabela seguinte apresenta a evolução do passivo remunerado:

Varição do Endividamento (execução)	2022	2021
Financiamento Remunerado (Corrente e Não corrente)	0	0
Capital Social/Capital Estatutário	0	0
Novos Investimentos no ano t (com expressão material)	0	0
VARIACÃO DO INDIVIDAMENTO	0	0

Valores (€)

À data de 31 de dezembro de 2022, a empresa não detinha qualquer montante relativo a passivo remunerado.



8.4. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO A FORNECEDORES E PAGAMENTOS EM ATRASO

A Evolução do Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores, em conformidade com a RCM nº 34/2008, de 22 de fevereiro, alterada pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação nos atrasos nos pagamentos (“arrears”), conforme definido no Decreto-Lei nº 65 – A / 2011, de 17 de maio, encontra-se descrita nas tabelas seguintes.

PMP	2018	2019	2020	2021	2022	Δ 22/21
Prazo (dias)	78	116	84	69	48	-30,43%

Dividas vencidas de acordo com o Art. 1º DL 65 – A / 2011

Dívidas Vencidas	0-90 d	90-120 d	120-240 d	240-360d	>360d
Prazo (dias)	556 535	6915	-44 654	13 584	-13 041
Aquisição de Capital	0	0	0	0	966
Total	556 535	6 915	-44 654	13 584	-12 076

d = dias

8.5. RECOMENDAÇÕES AQUANDO DA APROVAÇÃO DAS CONTAS DE 2021

Não foi emitida qualquer recomendação dos acionistas aquando da aprovação das contas do TIP referente ao exercício de 2021.



8.6. REMUNERAÇÕES

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Os membros da Assembleia Geral não auferem qualquer remuneração.

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2022-2024	Presidente	Jorge Miguel Osório de Castro Ribeiro Pinheiro de Magalhães	n.a.	n.a.
2022-2024	Vice-Presidente	Henrique Costa Ramos Megre	n.a.	n.a.
2022-2024	Secretário	Carlos Paulo Rocha de Sousa Santos Correia	n.a.	n.a.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração não auferem qualquer remuneração em virtude de serem remunerados pelas suas empresas de origem. O montante anual da remuneração auferida pelo Administrador Delegado é apresentado nos quadros seguintes:

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)			N.º Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2022-2024	Presidente	Pedro Manuel Franco Ribeiro	AG	31/5/22	n.a.	n.a.	n.a.	2
2022-2024	Vogal	Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça (3)	AG	31/5/22	n.a.	n.a.	n.a.	1
2022-2024	Vogal	Cristina Mafalda Nieto Guimarães Pimentel (4)	AG	31/5/22	n.a.	n.a.	n.a.	1
2022-2024	Vogal	Tiago Filipe da Costa Braga	AG	31/5/22	n.a.	n.a.	n.a.	2
2022-2024	Vogal	Maria João Ferreira da Silva Santos	AG	31/5/22	n.a.	n.a.	n.a.	3
2022-2024	Administrador Delegado	Manuel Paulo Alves Teixeira (5)	AG	31/5/22	Sim	TIP	0	1

(1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - previsto no n.º 8 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

(3) Renúncia ao cargo comunicado em 22/03/2022, cooptado em CA a 30/03/2022 com ratificação em AG a 31/05/2022

(4) Cooptação em CA a 30/03/2022, ratificado em AG a 31/05/2022

(5) Nomeado para o cargo a 31/05/2022, com início de funções a 01/06/2022

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções				Identificação da data da autorização e forma	
	Entidade	Função	Regime			
Pedro Manuel Franco Ribeiro	CP- Comboios de Portugal, E.PE	Vogal	Público	AG	31/5/22	
Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça (1)	STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M, S.A.	Vogal	Público	AG	31/5/22	
Cristina Mafalda Nieto Guimarães Pimentel (2)	STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M, S.A.	Presidente	Público	AG	31/5/22	
Tiago Filipe da Costa Braga	Metro do Porto, S.A	Presidente	Público	AG	31/5/22	
Maria João Ferreira da Silva Santos	CP- Comboios de Portugal, E.PE	Técnica Superior	Público	AG	31/5/22	
Manuel Paulo Alves Teixeira (3)	n.a.	n.a.	n.a.	AG	31/5/22	

(1) Renúncia ao cargo comunicado em 22/03/2022, cooptado em CA a 30/03/2022 com ratificação em AG a 31/05/2022

(2) Cooptação em CA a 30/03/2022, ratificado em AG a 31/05/2022

(3) Nomeado para o cargo a 31/05/2022, com início de funções a 01/06/2022

Membro do CA (Nome)	Fixado (S/N)	Classificação (A/B/C)	Estatuto do Gestor Público	
			Vencimento Mensal	Despesas Representação
Pedro Manuel Franco Ribeiro	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça (1)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Cristina Mafalda Nieto Guimarães Pimentel (2)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Tiago Filipe da Costa Braga	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Manuel Paulo Alves Teixeira (3)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

(1) Renúncia ao cargo comunicado em 22/03/2022, cooptado em CA a 30/03/2022 com ratificação em AG a 31/05/2022

(2) Cooptação em CA a 30/03/2022, ratificado em AG a 31/05/2022

(3) Nomeado para o cargo a 31/05/2022, com início de funções a 01/06/2022

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual - 2022 (€)					
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3) = (1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Reversões Remuneratórias (5)	Valor Bruto Final (6) = (3)-(4)+(5)
Pedro Manuel Franco Ribeiro	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça (1)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Cristina Mafalda Nieto Guimarães Pimentel (2)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Tiago Filipe da Costa Braga	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Manuel Paulo Alves Teixeira (3)	40 834,39	0,00	40 834,39	3 498,18	0,00	37 336,21
				3 498,18	0,00	37 336,21

(1) Renúncia ao cargo comunicado em 22/03/2022, cooptado em CA a 30/03/2022 com ratificação em AG a 31/05/2022

(2) Cooptação em CA a 30/03/2022, ratificado em AG a 31/05/2022

(3) Nomeado para o cargo a 31/05/2022, com início de funções a 01/06/2022

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor/Dia	Montante Pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Pedro Manuel Franco Ribeiro	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça (1)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Cristina Mafalda Nieto Guimarães Pimentel (2)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Tiago Filipe da Costa Braga	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Manuel Paulo Alves Teixeira (3)	9,73	1 323,28	Segurança Social	9 370,99	695,10	0,00	Seguro ACT	642,01
		1 323,28		9 370,99	695,10	0,00	Seguro ACT	642,01

(1) Renúncia ao cargo comunicado em 22/03/2022, cooptado em CA a 30/03/2022 com ratificação em AG a 31/05/2022

(2) Cooptação em CA a 30/03/2022, ratificado em AG a 31/05/2022

(3) Nomeado para o cargo a 31/05/2022, com início de funções a 01/06/2022

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas (€)									
	Viatura atribuída (S/N)	Celebração de contrato (S/N)	Valor de referência da viatura (€)	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal (€)	Gasto Anual com Rendas (€)	Prestações Contratuais Remanescentes (Nº)	
Pedro Manuel Franco Ribeiro	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça (2)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
Cristina Mafalda Nieto Guimarães Pimentel (3)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
Tiago Filipe da Costa Braga	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
Maria João Ferreira da Silva Santos	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
Manuel Paulo Alves Teixeira (4)	Sim	Sim	n.a.	Outra	2022	n.a.	415,5	1 274,20	n.a.	

(1) aquisição; ALD: Leasing ou outra

(2) Renúncia ao cargo comunicado em 22/03/2022, cooptado em CA a 30/03/2022 com ratificação em AG a 31/05/2022

(3) Cooptação em CA a 30/03/2022, ratificado em AG a 31/05/2022

(4) Nomeado para o cargo a 31/05/2022, com início de funções a 01/06/2022

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outros		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Pedro Manuel Franco Ribeiro	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça (1)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Cristina Mafalda Nieto Guimarães Pimentel (2)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Tiago Filipe da Costa Braga	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Manuel Paulo Alves Teixeira (3)	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

(1) Renúncia ao cargo comunicado em 22/03/2022, cooptado em CA a 30/03/2022 com ratificação em AG a 31/05/2022

(2) Cooptação em CA a 30/03/2022, ratificado em AG a 31/05/2022

(3) Nomeado para o cargo a 31/05/2022, com início de funções a 01/06/2022

FISCAL ÚNICO

O montante anual da remuneração auferida pelo Fiscal Único é apresentado nos quadros seguintes.

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC			Designação		N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na Sociedade	
		Nome	N.º inscrição na OROC	N.º registo na CMVM	Forma (1)	Data			Contratada
2022-2024	Vogal Efetivo	Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos, SROC, representada pelo Dr. Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos	SROC nº 53 ROC nº 1314	20161396	AG	31/5/22	n.a.	n.a.	20

Legenda: (1) Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2022 (€)			Valor Anual de de Serviços Adicionais - 2022(€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos, SROC, representada pelo Dr. Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos	5 000,00	0,00	5 000,00		0,00	0,00	0,00

AUDITOR EXTERNO

O montante anual da remuneração auferida pelo Auditor Externo é apresentado nos quadros seguintes.

Identificação do Auditor Externo			Data da Contratação	Duração do Contrato	N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na Sociedade
Nome Auditor Externo	N.º OROC	N.º CMVM				
BDO & Associados, S.R.O.C., Lda	29	20161384	27/9/22	Exercícios de 2022, 2023 e 2024	n.a.	4

Nome Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2022 (€)			Identificação do Serviço	Valor Anual de Serviços Adicionais - 2022 (€)		
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)		Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
BDO & Associados, S.R.O.C., Lda	5 580,00	0,00	5 580,00	-	0,00	0,00	0,00

RESTANTES TRABALHADORES

O TIP não dispõe de quadro de pessoal próprio, sendo a disponibilização dos seus recursos humanos assegurada pelas Agrupadas.

8.7. APLICAÇÃO DO ESTATUTO DE GESTOR PÚBLICO

Não são utilizados cartões de crédito nem outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

Não foram reembolsadas a gestores públicos quaisquer despesas no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

O valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet é apresentado no quadro seguinte.

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações(€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Pedro Manuel Franco Ribeiro	n.a.	n.a.	n.a.
Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça (1)	n.a.	n.a.	n.a.
Cristina Mafalda Nieto Guimarães Pimentel (2)	n.a.	n.a.	n.a.
Tiago Filipe da Costa Braga	n.a.	n.a.	n.a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n.a.	n.a.	n.a.
Manuel Paulo Alves Teixeira (3)	80,00	45,24	n.a.
		45,24	

(1) Renúncia ao cargo comunicado em 22/03/2022, cooptado em CA a 30/03/2022 com ratificação em AG a 31/05/2022

(2) Cooptação em CA a 30/03/2022, ratificado em AG a 31/05/2022

(3) Nomeado para o cargo a 31/05/2022, com início de funções a 01/06/2022

O valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço é apresentado no quadro seguinte.

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos com Comunicações(€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Pedro Manuel Franco Ribeiro	n.a.	n.a.	n.a.		n.a.
Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça (1)	n.a.	n.a.	n.a.		n.a.
Cristina Mafalda Nieto Guimarães Pimentel (2)	n.a.	n.a.	n.a.		n.a.
Tiago Filipe da Costa Braga	n.a.	n.a.	n.a.		n.a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n.a.	n.a.	n.a.		n.a.
Manuel Paulo Alves Teixeira (3)	352,13	1 469,11	44,80	1 513,91	12,60 x Estacionamento
				1 513,91	

(1) Renúncia ao cargo comunicado em 22/03/2022, cooptado em CA a 30/03/2022 com ratificação em AG a 31/05/2022

(2) Cooptação em CA a 30/03/2022, ratificado em AG a 31/05/2022

(3) Nomeado para o cargo a 31/05/2022, com início de funções a 01/06/2022

8.8. REALIZAÇÃO DE DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS OU CONFIDENCIAIS

Não foram realizadas quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

8.9. RELATÓRIO ANUAL SOBRE REMUNERAÇÕES PAGAS A MULHERES E HOMENS

O TIP não dispõe de quadro de pessoal próprio nem processa remunerações.

8.10. RELATÓRIO ANUAL SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

Não foram observadas ocorrências de factos de corrupção.

8.11. APLICAÇÃO DAS ORIENTAÇÕES RELATIVAS ÀS NORMAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

O TIP respeita as normas de contratação pública aquando do lançamento dos procedimentos concursais.

Procede-se ao lançamento de procedimentos públicos de aquisição, nos termos do artigo 11.º do Código dos Contratos Públicos, para os quais o Conselho de Administração identifica a sua necessidade, aprova o lançamento, as peças concursais e nomeia o júri respetivo.

A aquisição de bens de investimento e de bens e serviços é autorizada pelo Conselho de Administração com base em fundamentação técnico-jurídica, sendo posteriormente as respetivas adjudicações imperativamente autorizadas pelo Conselho de Administração.

Não existiram atos ou contratos celebrados de valor superior a 5 milhões de euros.

8.12. ADEÇÃO AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS

Não aplicável.

8.13. MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS

Não aplicável.

8.14. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

O TIP, no quadro da respetiva gestão financeira, mantém as suas disponibilidades e aplicações junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., nos termos do regime jurídico aplicável à tesouraria do Estado.

Pontualmente, resultado de particularidades técnicas do negócio e da indisponibilidade de serviços ou soluções por parte da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, o TIP tem necessidade de colocar, sem prejuízo de posterior consolidação de saldos, fundos fora da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E.. Nesse sentido, e ao abrigo do disposto no número n.º 3 do Artigo 28.º do Decreto-Lei 133/2013, o TIP solicitou regime de exceção relativamente a essas situações pontuais. O Despacho do IGCP de 13 de julho de 2022 vem excepcionar a colocação dos referidos fundos fora da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública.

IGCP	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Disponibilidades	8 095 671,83	9 243 677,49	9 495 407,83	11 928 837,32
Aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	8 095 671,83	9 243 677,49	9 495 407,83	11 928 837,32

Banca Comercial	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Millennium BCP	1 167 031,78	1 110 688,60	1 577 667,34	1 208 277,63
Banco Santander	461 051,21	569 401,88	389 656,58	801 936,47
Caixa Geral de Depósitos	23 318,72	113 960,68	27 922,82	29 227,45
Total	1 651 401,71	1 794 051,16	1 995 246,74	2 039 441,55
Juros auferidos	0,00	0,00	0,00	0,00

O saldo disponível em contas TIP mantidas na banca comercial à data de 31-12-2022, corresponde, em grande medida, ao depósito de valores relativos ao serviço de recolha de valores e a terminais de pagamento automático [TPA] das máquinas de venda automática [MVA] e postos de venda assistida [PVA].

8.15. DIVULGAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS NOS ÚLTIMOS 3 ANOS

Não foi emitida qualquer recomendação às contas do TIP referente aos últimos 3 anos.

8.16. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PLANO PARA A IGUALDADE

Não aplicável.

8.17. ELABORAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA

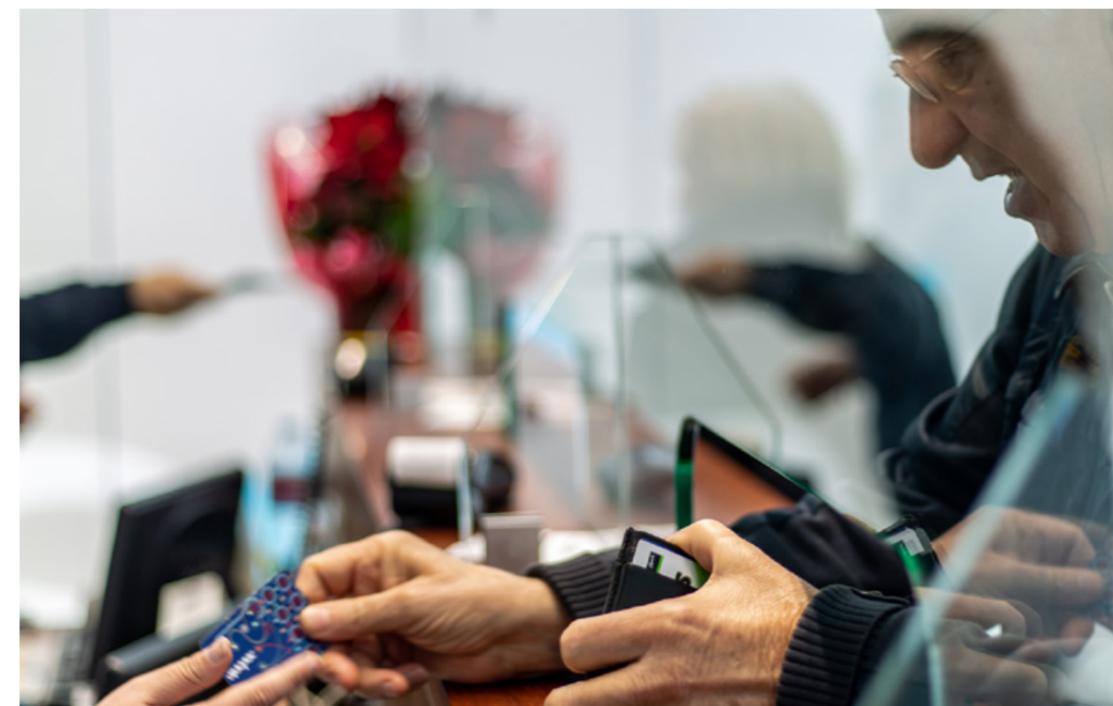
Não aplicável.

8.18. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

O TIP não divulga informação no sítio da internet do SEE [Portal da DGTF].

Toda a informação relevante sobre o governo do ACE e elementos de prestação de contas, bem como desempenho mensal do ACE em termos operacionais, é apresentada na página de internet em www.linhandante.com.

O TIP é um agrupamento complementar de empresas, pelo que o cumprimento das orientações legais, nomeadamente o que se refere à divulgação da informação no site do SEE, é efetuado pelas 3 agrupadas que o constituem.



9. DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO

9.1. INTRODUÇÃO

O TIP é um agrupamento que tem como objeto a gestão de um sistema de bilhética intermodal comum aos operadores de transporte aderentes ao SIA, três empresas agrupadas e dezassete operadores privados.

É assim responsável, entre outras atividades, pela gestão da receita da venda de títulos e cartões intermodais, pelo processamento e repartição dessa receita, de acordo com o modelo de repartição aprovado, pela aquisição e exploração dos equipamentos intermodais e pela gestão do sistema de informação aos clientes. Complementarmente, assegura também a gestão dos equipamentos de bilhética monomodal da empresa agrupada STCP.

Em termos de orientação económica e financeira, é reconhecido que o objetivo deste ACE não consiste na maximização dos seus resultados, mas antes corresponde à otimização da eficiência da rede comercial e do sistema de bilhética, na dupla perspetiva do cliente e das empresas agrupadas: a primeira visando facilitar o acesso ao transporte público e a segunda orientada para a redução dos custos de operação dos sistemas. Posiciona-se, assim, este agrupamento como uma entidade instrumental, sujeita a princípios de eficácia e de equilíbrio económico.

A principal fonte de receita do TIP consiste nas comissões cobradas aos operadores aderentes ao Sistema Intermodal Andante, apuradas em função do total de validações e da receita repartida, a que acresce o valor cobrado aos clientes pelos cartões vendidos.

9.2. SITUAÇÃO PATRIMONIAL

Balanço	2021	2022	Varição 2022/21
Ativos Fixos Tangíveis	920 329	657 138	-28,60%
Ativos Intangíveis	1 939 776	1 637 499	-15,58%
Inventários	451 273	349 295	-22,60%
Clientes	1 919 294	3 607 875	87,98%
Estado e outros entes públicos	65 965	72 638	10,12%
Outros créditos a receber	3 197 981	5 587 515	74,72%
Diferimentos	946	1 140	20,57%
Caixa e Depósitos Bancários	14 449 182	17 283 071	19,61%
Ativo	22 944 746	29 196 172	27,25%
Capital subscrito	30 000	30 000	0,00%
Resultados transitados	3 755 169	3 802 640	1,26%
Subsídios ao investimento	743 643	647 844	-12,88%
Resultado líquido do período	47 471	1 709 251	3500,65%
Capital Próprio	4 576 283	6 189 734	35,26%
Fornecedores	731 566	1 084 918	48,30%
Fornecedores de Investimentos	51 224	35 657	-30,39%
Estado e outros entes públicos	5 294	8 990	69,80%
Outras dívidas a pagar	17 575 435	21 876 873	24,47%
Diferimentos	4 944	0	- 100,00%
Passivo	18 368 463	23 006 437	25,25%

[valores expressos em euros]

Registou-se em 2022 um nível de investimento na ordem dos 189 mil de euros (face a 464 mil euros no ano anterior), na sua maioria referente ao desenvolvimento da App Anda para o sistema operativo IOS (37%) e à aquisição de equipamento Informático (36%). O valor restante é justificado, principalmente, pela atualização e manutenção do sistema central MESS (25%).

No que respeita ao ativo corrente, regista-se um aumento das dívidas de clientes (88%), ascendendo estas a 3,6 milhões de euros no final do exercício. Este aumento resulta sobretudo da faturação aos Municípios do Porto e Vila Nova de Gaia, relativa ao Protocolo Andante Porto. e às requisições de títulos de transporte 13_18 Escola e Sub 23, disponibilizados em 2022 e faturados em dezembro desse ano, mas cujo pagamento será efetuado apenas em 2023.

A rubrica outros créditos a receber regista um acréscimo na ordem dos 75% face ao ano anterior, para um total no final do exercício de cerca 5,6 milhões de euros. Este acréscimo resulta sobretudo da rubrica Acrésc. rendimento – Receita e encargos a recuperar, que totaliza um valor superior a 2,6 milhões de euros, correspondentes a títulos Andante Metropolitano vendidos e cujo valor, à data de 31 de dezembro de 2022, ainda não tinha sido transferido para as contas bancárias do TIP (131.325 euros à data de 31 de dezembro de 2021). A receita em poder de terceiros no valor de 1,6 milhões de euros (1,4 milhões de euros em 2021), também contribuiu para o referido acréscimo, correspondendo à receita intermodal em trânsito à data de 31 de dezembro de 2022 e que ainda não estavam disponibilizados nas contas bancárias do TIP. Também contribuiu para este acréscimo a “receita intermodal a transferir” no valor de 777 mil euros, correspondente a receita de títulos vendidos nas MVA da CP e que, à data de 31 de dezembro de 2022, ainda não tinha sido transferida para as contas bancárias do TIP (1,2 milhões de euros à data de 31 de dezembro de 2021).

Os valores a receber do Estado, 73 mil euros, são quase na totalidade referentes a verbas de IVA-Imposto sobre o valor Acrescentado (68 mil euros) e uma parte relativa a IRC-Retenções na fonte a receber (5 mil euros).

A rubrica caixa inclui receita em trânsito no valor de 3 milhões de euros, correspondente a valores de receita intermodal por transferir para as contas bancárias do TIP à data de 31 de dezembro de 2022.

Os capitais próprios, ascendem em 2022 a 6,2 milhões de euros, verificando-se um acréscimo de 35,26% face ao ano transato (4,6 milhões de euros em 2021).

Ao nível do passivo corrente, destaca-se a rubrica outras dívidas a pagar, em grande medida composta por receita intermodal repartida e faturada ao TIP pelos operadores aderentes ao SIA, genericamente processada em data posterior ao fecho de cada mês. Esta rubrica registou um acréscimo de 24% relativamente a 2021.

De salientar ainda a diminuição de 30% das dívidas a fornecedores de investimentos e um aumento de 48% das dívidas a fornecedores correntes. O primeiro caso resulta do nível do investimento registado em 2022. Já no segundo caso, o valor registado prende-se sobretudo com o valor a pagar à EGOR e à Metro do Porto.

Os valores a pagar ao Estado, 9 mil euros, são distribuídos pelas rubricas referentes a verbas de IRS-Retenções na Fonte (Terceiros), IRC-Tributações autónomas e Contribuições para a Segurança Social, verificando-se valores de 5,6 mil euros, 1,6 mil euros e 1,7 mil euros, respetivamente.

9.3. RESULTADOS

Balanço	2021	2022	Varição 2022/21
CMVMC	-224 203	-409 656	82,72%
Fornecimentos e serviços externos	-3 092 589	-3 770 690	21,93%
Gastos com o pessoal	-634 107	-628 538	-0,88%
Outros gastos e perdas	-84 899	-8 134	-90,42%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-763 123	-754 511	-1,13%
Juros e gastos similares suportados	-23 258	-54 159	132,86%
Imposto sobre o rendimento do período	-1 533	-1 631	6,42%
Gastos	-4 823 711	-5 627 318	16,66%
Vendas e serviços prestados	4 623 367	7 082 010	53,18%
Outros rendimentos e ganhos	247 815	254 558	2,72%
Rendimentos	4 871 182	7 336 569	50,61%
Resultado Líquido do Período	47 470,67	1 709 251,00	3500,65%
EBITDA	835 385	2 519 552	201,60%

[valores expressos em euros]

O EBITDA e o Resultado Líquido registaram ambos um acréscimo significativo relativamente ao ano anterior, o primeiro em cerca de 202% para o valor de 2,5 milhões de euros, e o segundo em 3500% para o valor de 1,7 milhões de euros.

A rubrica outros rendimentos e ganhos apresenta um ligeiro acréscimo de 2,72% face ao ano anterior (7 mil euros face a 2021). Nesta rubrica estão contabilizados os valores relativos a Ganhos em Inventários, Subsídios ao Investimento e rendimentos relativos ao desconhecimento dos talões “Vale Numerário” expirados e não descontados.

De referir o aumento, em termos agregados, de 17% do total dos gastos e de 51% dos rendimentos. Este acréscimo é resultado da recuperação na operação do transporte público de passageiros registada em 2022, decorrente do fim das medidas restritivas da pandemia COVID19 e do aumento das vendas relativas a cartões, devido a terem sido ultrapassados os 5 anos de validade dos cartões com a nova imagem Andante (2017).

	2021	2022	Varição 2022/21
Custos Operacionais	3 950 899	4 808 883	21,72%
Receitas Operacionais	4 623 367	7 082 010	53,18%
Grau de Cobertura Operacional	117,02%	147,27%	+30,25 p.p.

[valores expressos em euros]

O grau de cobertura operacional registou uma variação positiva face a 2021 de 30 p.p.. Este indicador traduz a cobertura dos custos operacionais sem amortizações pelas receitas diretamente relacionados com a atividade operacional do TIP. Este facto resulta da já referida recuperação na operação do transporte público de passageiros registada em 2022.



9.4. GESTÃO DE RISCOS

RISCO LIQUIDEZ

O risco de liquidez resulta de um passivo corrente superior ao ativo corrente. O TIP faz uma gestão de recebimentos e pagamentos, por forma a assegurar níveis adequados de liquidez.

Em 31 de dezembro de 2022 o fundo de maneio – diferença entre o passivo corrente e o ativo corrente – era positivo no montante de 3.895.097 euros (1.716.178 euros positivos em 31 de dezembro de 2021), sendo que o grau de liquidez imediata situou-se nos 2,10 (2,21 em 31 de dezembro de 2021), o que traduz o facto de as responsabilidades de curto prazo poderem ser satisfeitas recorrendo às disponibilidades imediatas do TIP.

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e depósitos bancários	17 283 071	14 449 182
Receita em poder de terceiros	1 611 562	1 484 995
Operadores conta corrente	777 597	1 167 491
(1) Disponibilidades	19 672 230	17 101 668

Fornecedores	1 040 807	731 566
Fornecedores de investimentos	35 657	51 224
Estado e outros entes públicos	8 990	5 294
Credores diversos	7 973 202	6 608 433
Remunerações	71 533	63 950
Outros	225 515	271 426
(2) Passivo de curto prazo (i)	9 355 704	7 731 893

(3) = (1)/(2) Grau de Liq Imediata	2,10	2,21
---	-------------	-------------

(i) O passivo de curto prazo, incluindo o passivo relativo às agrupadas, está decomposto da seguinte forma:

	31.12.2022	31.12.2021
Fornecedores	0	297 026
Créditos diversos	7 198 993	5 259 205
Passivo curto prazo – Agrupadas	7 198 993	5 556 231

Fornecedores	1 084 918	731 566
Créditos diversos	1 071 792	1 444 096
Passivo curto prazo – Outras Entidades	2 156 710	2 175 662

Total do Passivo curto prazo	9 355 704	7 731 893
-------------------------------------	------------------	------------------

9.5. EVENTOS SUBSEQUENTES

Nada a referir.

9.6. Proposta de Aplicação dos Resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido positivo apurado no exercício, no valor de 1.709.251,00 euros (um milhão, setecentos e nove mil, duzentos e cinquenta e um euros), seja integralmente transferido para a conta de resultados transitados.

Porto, 25 de maio de 2023

Conselho de Administração

Presidente: _____

Vogais: _____



Em 2023 o TIP prosseguirá o caminho (road-map) traçado nos últimos anos, mantendo a aposta constante no refinamento da arquitetura de referência que a figura seguinte documenta.

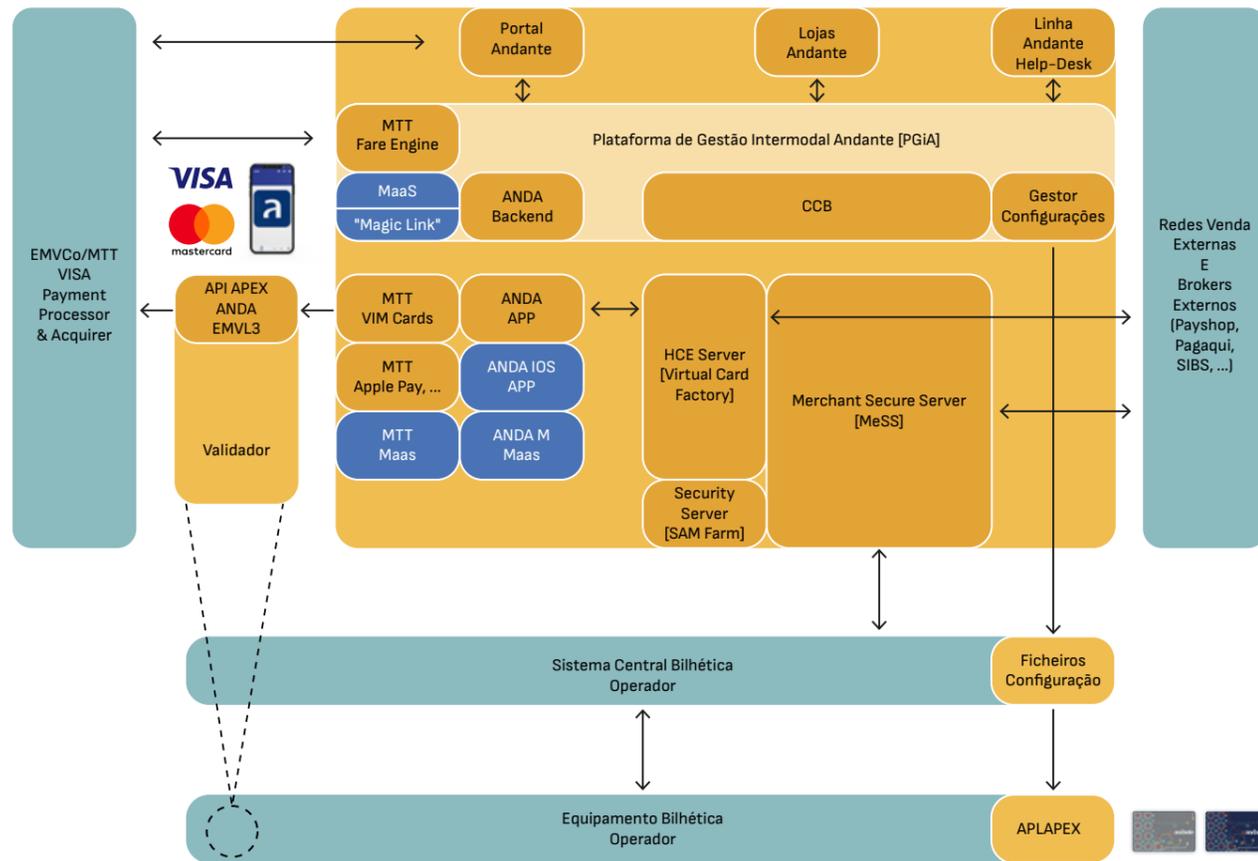


FIGURA 11 – Arquitetura de Referência do Sistema de Bilhética Andante

Esta aposta vai continuar a passar, fundamentalmente, pela melhoria contínua dos subsistemas indispensáveis para suportar a atividade (institucional) do TIP, designadamente:

- 1. API Andante**, que iniciou em 2022 a evolução para a nova versão APEX, num processo alinhado com a TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa, no sentido de simplificar, tornando-os mais agnósticos às especificidades de cada região, os processos de desenvolvimento de aplicações de bilhética, quer pela indústria, quer por operadores de carácter nacional, como é o caso da CP;
- 2. MeSS** (Merchant Secure Server), o orquestrador das comunicações externas ao TIP, que gere a comunicação de dados com os operadores e o comportamento dos canais e APPs externas de venda de títulos Andante;
- 3. Portal Andante**, que em 2022 substituiu o atual www.linhandante.com, para uma nova era de relação e interação com os clientes do SIA;
- 4. CCB**, sistema central de gestão da bilhética intermodal, responsável por toda a gestão do negócio do TIP, de que a repartição de receitas é o corolário, em relação ao qual 2022 marcou o arranque da preparação do processo de contratação da nova Plataforma de Gestão Intermodal Andante (PGiA).

Para além desta atividade mais focada nas relações institucionais do TIP com os seus associados, aderentes e outros parceiros, o TIP continuará a investir nos novos paradigmas de bilhética, pagamento e acesso à rede de transportes públicos de passageiros, centrados nos seus clientes e em novas experiências de utilização, na peugada de tornar os transportes públicos mais atraentes, incentivando a transferência modal do transporte individual para um modo de transporte mais sustentável. Neste conjunto, relevam-se os produtos:

- 5. Anda**, solução disruptiva de bilhética CIBO (Check-In-Be-Out), tendo sido contratada em 2022 a respetiva evolução para a versão destinada aos smartphones IOS (Apple);
- 6. LOOP** (EMVco/MTT), solução “open-loop” de acesso e pagamento de transportes (Mass Transit Transaction) baseada em cartões bancários EMVcontactless, que se acredita poder ser o impulsionador (trigger) de uma solução de MaaS na região, e cujo piloto se manteve em funcionamento em 2022, sendo que o relançamento de uma nova fase aguarda a conclusão dos processos de aquisição de novos validadores por parte, fundamentalmente, do Metro do Porto, STCP e CP.

Referem-se nos pontos seguintes as principais tarefas e iniciativas que se espera venham a ser executadas, em matéria de capacitação tecnológica, no ano de 2023.

1. API ANDANTE / API APEX

Disponibilização e entrada em funcionamento da nova API APex, elemento essencial para garantir a intermodalidade, não só no Sistema Intermodal Andante, de forma simples, eficiente e generalizada a toda a AMP, mas também peça chave na plataforma 1bilhete.pt, como garantia de interoperabilidade dos sistemas de bilhética a nível nacional.

Das ações a desenvolver, destacam-se:

- Adaptação ao SIA do código da API APEX fornecido pela TML e produção da nova versão e respetiva documentação para suporte ao Andante;
- Integração na API APEX do suporte ao Anda e LOOP;
- Generalização da utilização da nova API APEX a todos os operadores integrados no SIA, incluindo os correspondentes aos novos contratos de operação dos serviços públicos de transporte rodoviário da AMP;
- Conceptualização e desenvolvimento de um mecanismo de “Plug-Ins” capaz de garantir a interoperabilidade entre sistemas de bilhética de especificação e ou tecnologia não compatíveis, destinado ao suporte à plataforma 1bilhete.pt, de cujo protocolo o TIP foi signatário fundador;
- Conceptualização e desenvolvimento de um mecanismo de âmbito nacional de bilhética baseado em conta centralizada (ABT – Account Based Ticketing), como corolário da plataforma 1bilhete.pt.

2. MESS: MERCHANT SECURE SERVER

Desenvolvimentos continuados do MeSS, especializados em cada um dos canais específicos de comunicação com o exterior, i.e., operadores, redes externas de elevada capilaridade e aplicações externas multisserviços, bem como melhoria do portal de gestão e monitorização.

Alinhamento da interface externa e funcional do MeSS com a do subsistema congénere da TML, na peugada dos trabalhos conducentes à integração de tecnologia de bilhética móvel (Mobile Ticketing), interoperável a nível nacional, na plataforma 1bilhete.pt.

3. CCB/PGIA: PLATAFORMA DE GESTÃO INTERMODAL ANDANTE

Arranque do processo de contratação e desenvolvimento da PGiA, constituindo-se como uma mudança estrutural dos sistemas de informação e gestão de atividade/negócio do TIP, bem como o mais relevante investimento de 2023. Será um projeto plurianual, mas que se espera com uma importante primeira fase concluída ainda durante 2023.

Esta plataforma apostará num padrão arquitetural avançado, essencial para responder eficazmente às atuais dinâmicas de digitalização, apostando numa visão integrada de recursos e metodologias como virtualização, micro-serviços, big data, contentorização e integração contínua entre desenvolvimento e operacionalização, para uma solução “à prova de futuro”.

Apostará ainda na “contentorização” e adaptação à nova arquitetura de SW, dos subsistemas (legacy) de bilhética como o Anda (componente de back-end), MeSS (componente de back-end) e LOOP (componente “Fare Engine”).

Com este salto tecnológico, ficará o TIP mais capacitado, não só a acomodar, mas até a dinamizar, respostas a um futuro certamente desafiante, nomeadamente em termos da sua integração num panorama mais amplo da gestão da mobilidade na AMP, bem como a relação com CIMs limítrofes.

4. INFRAESTRUTURA IT

A atividade do TIP está assente numa infraestrutura IT própria. Apesar desta estar baseada nos mais modernos conceitos de segurança e redundância (HW, Back-Up e Comunicações), está concentrada num único Datacenter (STCP), instalado na Torre das Antas.

Para além da importância de suporte, sem interrupção, da atividade em geral, a arquitetura de bilhética do TIP caminha para maior dependência de comunicações on-line (em tempo-real), tornando agora mais premente a criação de um Datacenter geograficamente redundante.

Para além de diversos melhoramentos na infraestrutura de comunicações (backbone, anéis de fibra ótica e infraestrutura das atuais e novas Lojas Andante), a plataforma PGiA será suportada numa nova infraestrutura de IT a adquirir pelo TIP em 2023, segmentada em ambiente de Desenvolvimento, Qualidade e Produção, e a apostando numa importante e há muito requerida solução de Disaster Recovery.

5. ANDA

Na sequência dos trabalhos iniciados em 2022, o TIP prevê para 2023 o relançamento do projeto Anda com incidência no desenvolvimento de um conjunto de novos elementos:

- Versão do Anda para IOS, através da emulação (eSE – Embeded Secure Element) do cartão Andante;
- Integração na APP Anda, quer para Android quer para IOS, de uma solução de carregamento de cartões Andante (TopUp), colocando nas mãos dos clientes um eficaz canal de interação com o Andante, evitando a necessidade de presença física nas lojas Andante e restantes canais assistidos;
- Eventual partilha destas tecnologias com outras regiões no âmbito da plataforma 1bilhete.pt;
- Integração do Anda no novo Portal Andante.

O TIP acredita que estes novos elementos constituirão um impulso adicional ao já relevante crescimento que a utilização da APP Anda tem verificado nos últimos tempos, prevendo que se ultrapasse, em 2023, a fasquia das 5 000 000 de viagens Anda, contabilizadas desde o arranque deste projeto.

6. LOOP (EMVco / MTT)

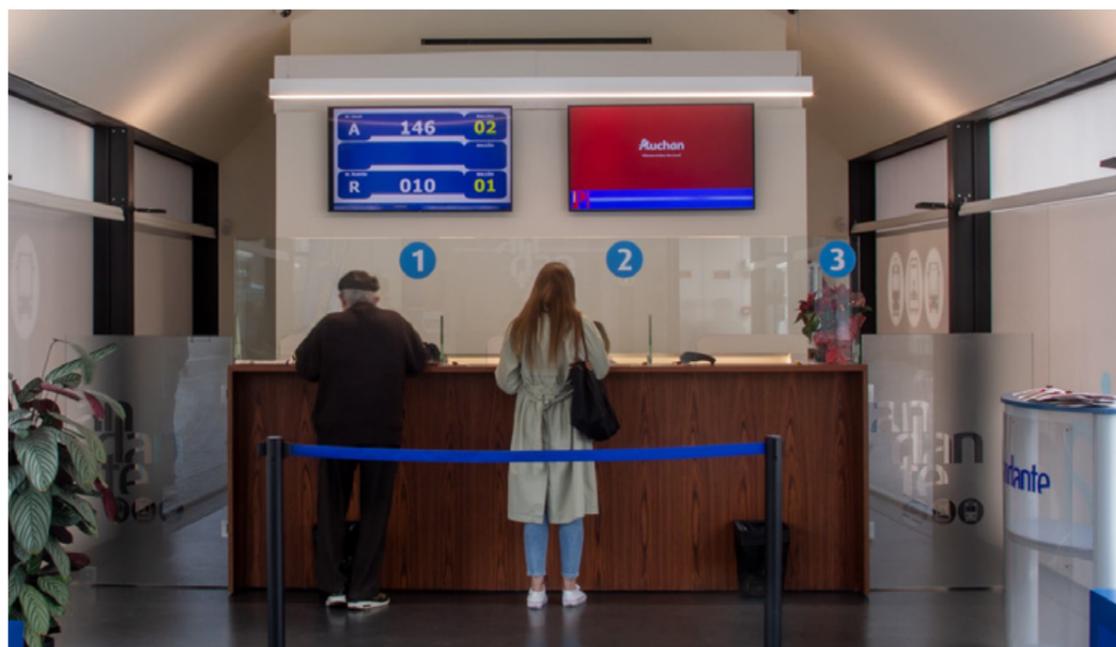
Em 22 de junho de 2021 o TIP colocou em funcionamento ao público um piloto (Fase 1) de uma solução “Open-Loop” para utilização de cartões bancários (VISA e MasterCard) no Sistema Intermodal Andante. Esta solução, pioneira em Portugal, é particularmente adequada aos clientes ocasionais, tendo os turistas como alvo principal, permitindo a utilização quer de cartões bancários físicos (plástico), quer de smartphones ou smartwatches, através dos mecanismos Apple Pay, Google Pay e outros.

Este piloto, apesar de nesta Fase 1 cobrir apenas a linha 500 da STCP e um pequeno conjunto de estações da Linha E do Metro do Porto, num total de cerca de 40 validadores, tem tido uma grande projeção internacional pela mão da VISA, parceiro do TIP, e tem sido utilizado de forma regular e consistente.

O TIP considera ter condições para arrancar em 2023 com a Fase 2 do projeto LOOP (EMVco/MTT), prevendo em 2023 atividade relevante na:

- Generalizando do conceito LOOP à totalidade das redes da STCP, Metro do Porto e CP;
- Certificação EMV L3 dos novos Validadores que venham a ser instalados na rede (MP, STCP, CP, ...);
- Estudo da generalização do conceito LOOP aos cinco novos operadores rodoviários contratados pela AMP;
- Extensão do conceito LOOP a todo o tarifário Andante, numa solução de bilhética inteligente (smart ticketing);
- Integração do LOOP no novo Portal Andante;
- Lançamento dos primeiros passos de uma infraestrutura de suporte a solução de MaaS, através da interligação (“roaming”) dos Motores de Pagamento (Fare Engine).

O TIP acredita no enorme impacto que este tipo de tecnologia terá no pagamento/acesso aos transportes públicos em particular e aos futuros serviços de mobilidade (MaaS) em geral.



7. PORTAL ANDANTE

O Portal Andante, foi uma das apostas mais estruturantes do TIP em 2019/2020/2021. O respetivo lançamento ocorreu durante 2022, abrangendo fundamentalmente a componente de "site" institucional e disponibilização de informação aos clientes.

O TIP espera lançar durante 2023 a componente "portal", criando, com os clientes Andante, uma dinâmica de conta e de interatividade, e enriquecendo, sobremaneira, o acesso dos mesmos a informação particularizada e detalhada.

A integração de informação detalhada respeitante aos Cartões/Bilhetes Andante, Anda e LOOP, será muito relevante na dinâmica de relação com o cliente que o TIP pretende introduzir no Portal Andante.

O corolário dessa relação virá da digitalização, através do Portal Andante, de um conjunto de processos relacionados com a atualização de perfis e renovação das assinaturas, tornando estes processos acessíveis de forma remota e, como tal, mais simples e cómodos para os clientes, e minorando o impacto dos mesmos sobre a infraestrutura e logística de bilhética do TIP.

8. QUIOSQUES ANDANTE

O TIP espera contratar em 2023 a disponibilização de quiosques (self service) para emissão de cartões Andante e respetivo carregamento de assinaturas e atualização de perfis.

Estes quiosques, cuja introdução dos dados pessoais é extraída diretamente do Cartão de Cidadão, são de utilização particularmente eficiente e amigável, e constituirão mais um contributo para a modernização e simplificação da relação dos clientes com o Andante.



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Rubricas	Notas	31.12.2022	31.12.2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	657 138	920 329
Ativos Intangíveis	6	1 637 499	1 939 776
		2 294 637	2 860 105
Ativo corrente			
Inventários	7	349 295	451 273
Clientes	8	3 607 875	1 919 294
Estado e outros entes públicos	9	72 638	65 965
Outros créditos a receber	10	5 587 515	3 197 981
Diterimentos	11	1 140	946
Caixa e depósitos bancários	4	17 283 071	14 449 182
		26 901 535	20 084 641
Total do ativo		29 196 172	22 944 746
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	12	30 000	30 000
Resultados transitados	12	3 802 640	3 755 169
Subsídios ao investimento	12	647 844	743 643
Resultado líquido do período	12	1 709 251	47 471
Total do capital próprio		6 189 734	4 576 283
PASSIVO			
Passivo corrente			
Fornecedores	14	1 084 918	731 566
Fornecedores de investimentos	15	35 657	51 224
Estado e outros entes públicos	9	8 990	5 294
Outras dívidas a pagar	16	21 876 873	17 575 435
Diterimentos	11		4 944
		23 006 437	18 368 463
Total do passivo		23 006 437	18 368 463
Total do capital próprio e do passivo		29 196 172	22 944 746

[valores em euros]

O Contabilista Certificado
Dr. Vitor Manuel Gomes Castelo de Carvalho

O Conselho de Administração
Eng. Pedro Manuel Franco Ribeiro
Dra. Cristina Mafalda Nieto Guimarães Pimentel
Eng. Tiago Filipe da Costa Braga
Dra. Maria João Ferreira da Silva Santos
Arq. Manuel Paulo Alves Teixeira

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Rendimentos e Gastos	Notas	2022	2021
Réditos			
Vendas e serviços prestados	17	7 082 010	4 623 367
Subsídios à exploração	18	4 986	1 412
Outros rendimentos			
Outros rendimentos e ganhos	19	249 572	246 403
Gastos e perdas			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	20	(409 656)	(224 203)
Fornecimentos e serviços externos	21	(3 770 690)	(3 092 589)
Gastos com o pessoal	22	(628 538)	(634 107)
Outros gastos e perdas	23	(8 134)	(84 899)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2 519 552	835 385
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	(754 511)	(763 123)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 765 041	72 262
Juros e gastos similares suportados	24	(54 159)	(23 258)
Resultado antes de impostos		1 710 882	49 004
Imposto sobre o rendimento do período	9	(1 631)	(1 533)
Resultado líquido do período		1 709 251	47 471

[valores em euros]

O Contabilista Certificado
Dr. Vitor Manuel Gomes Castelo de Carvalho

O Conselho de Administração
Eng. Pedro Manuel Franco Ribeiro
Dra. Cristina Mafalda Nieto Guimarães Pimentel
Eng. Tiago Filipe da Costa Braga
Dra. Maria João Ferreira da Silva Santos
Arq. Manuel Paulo Alves Teixeira

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DE 1 DE JANEIRO DE 2021
A 31 DE DEZEMBRO DE 2022

	Notas	Capital subscrito	Subsídios ao Investimento	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total	
Posição em 01-01-2021	1	30 000	877 734	3 948 655	-193 486	4 662 904	
Alterações no Período:							
Aplicação dos resultados				-193 486	193 486	0	
Variação subsídios ao investimento			-134 091			-134 091	
	2	0	-134 091	-193 486	193 486	-134 091	
Resultado Líquido do Período	3				47 471	47 471	
Resultado Integral	4=2+3					47 471	
Capital próprio em 31-12-2021	6	12	30 000	743 643	3 755 169	47 471	4 576 283
Alterações no Período:							
Aplicação dos resultados				47 471	-47 471	0	
Variação subsídios ao investimento			-95 799			-95 799	
	7	0	-95 799	47 471	-47 471	-95 799	
Resultado Líquido do Período - 2022	8				1 709 251	1 709 251	
Resultado Integral - 2022	9=7+8					1 709 251	
Capital próprio em 31-12-2022	10	12	30 000	647 844	3 802 640	1 709 251	6 189 734

[valores em euros]

O Contabilista Certificado
Dr. Vitor Manuel Gomes Castelo de Carvalho

O Conselho de Administração
Eng. Pedro Manuel Franco Ribeiro
Dra. Cristina Mafalda Nieto Guimarães Pimentel
Eng. Tiago Filipe da Costa Braga
Dra. Maria João Ferreira da Silva Santos
Arq. Manuel Paulo Alves Teixeira

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS PERÍODOS DE 2022 E 2021

Rubricas	Notas	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		5 349 951	3 246 541
Pagamentos a fornecedores		(6 206 621)	(3 376 340)
Pagamentos ao bessoal		(617 358)	(644 837)
	Caixa gerada pelas operações	(1 474 028)	(774 636)
Recebimento (pagamentos do imposto sobre o rendimento)		(1 533)	(3 511)
Outros recebimentos/ pagamentos		(74 736)	(131 460)
	Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	(1 550 297)	(909 607)
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos tixos tangíveis		(121 083)	(359 178)
Ativos intangíveis		(83 511)	(243 844)
	Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(204 594)	(603 021)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0	0
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0	0
Cobertura de prejuízos		0	0
Subsídios e Doações		119 981	27 069
Outras operações de financiamento		0	0
Valores a transferir para os operadores		109 219 188	73 906 993
Pagamentos resbeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0	0
Pagamentos efetuados aos operadores		(104 750 388)	(69 531 329)
Juros e gastos similares		0	0
Dividendos		0	0
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0	0
Outras operações de financiamento		0	0
	Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	4 588 780	4 402 733
Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		2 833 889	2 890 105
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	14 449 182	11 559 077
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	17 283 071	14 449 182

[valores em euros]

O Contabilista Certificado
Dr. Vitor Manuel Gomes Castelo de Carvalho

O Conselho de Administração
Eng. Pedro Manuel Franco Ribeiro
Dra. Cristina Mafalda Nieto Guimarães Pimentel
Eng. Tiago Filipe da Costa Braga
Dra. Maria João Ferreira da Silva Santos
Arq. Manuel Paulo Alves Teixeira



ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

do período findo em 31 de dezembro de 2022

(valores expressos em euros)

1. INTRODUÇÃO

O TIP – Transportes Intermodais do Porto, A.C.E., com sede na Avenida Fernão de Magalhães, nº 1862 – 12º, 4350-158 Porto, foi constituído por escritura pública em 20 de dezembro de 2002, consistindo a sua atividade principal na implementação e gestão de um sistema de bilhética de transporte intermodal na AMP.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 25 de maio de 2023. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Agrupamento, bem como a sua posição e performance financeira e os fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. BASES DE PREPARAÇÃO

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do SNC, emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2022, de acordo com o princípio do custo histórico, sendo supletivamente adotadas disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) e respetivas interpretações (SIC/IFRIC).

O princípio subjacente à elaboração das demonstrações financeiras foi o da continuidade das operações, não obstante o n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 121/2019 de 22 de agosto estabelecer a dissolução do A.C.E..

Em 31 de dezembro de 2022 o fundo de maneiio - diferença entre o passivo corrente e o ativo corrente - era positivo no montante de 3.895.097 euros (positivo no montante de 1.716.178 euros em 31 de dezembro de 2021), sendo que o grau de liquidez imediata situou-se nos 2,10 (2,21 em 31 de dezembro de 2021), o que traduz o facto de as responsabilidades de curto prazo poderem ser satisfeitas recorrendo às disponibilidades imediatas do TIP.

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e depósitos bancários	17 283 071	14 449 182
Receita em poder de terceiros	1 611 562	1 484 995
Operadores conta corrente	777 597	1 167 491
(1) Disponibilidades	19 672 230	17 101 668
Fornecedores	1 040 807	731 566
Fornecedores de investimentos	35 657	51 224
Estado e outros entes públicos	8 990	5 294
Credores diversos	7 973 202	6 608 433
Remunerações	71 533	63 950
Outros	225 515	271 426
(2) Passivo de curto prazo (i)	9 355 704	7 731 893
(3) = (1)/(2) Grau de Liq Imediata	2,10	2,21

(ii) O passivo de curto prazo, incluindo o passivo relativo às agrupadas, está decomposto da seguinte forma:

	31.12.2022	31.12.2021
Fornecedores	0	297 026
Créditos diversos	7 198 993	5 259 205
Passivo curto prazo – Agrupadas	7 198 993	5 556 231
Fornecedores	1 084 918	731 566
Créditos diversos	1 071 792	1 444 096
Passivo curto prazo – Outras Entidades	2 156 710	2 175 662
Total do Passivo curto prazo	9 355 704	7 731 893

Conforme referido na nota 16 às contas, em 31 de dezembro de 2022 foram reconhecidos na rubrica de Receita a repartir 13.606.623 euros relativos à venda de títulos intermodais Andante (10.631.626 em 31 de dezembro de 2021), no entanto, de acordo com o Modelo de Repartição (procedimento que divide a receita intermodal pelos operadores aderentes), estes valores só serão processados em momento posterior ao da utilização da respetiva viagem. Assim, nos moldes definidos e uma vez que a aquisição de viagem ocorre necessariamente em momento anterior ao da sua utilização, poderá suceder um hiato temporal entre os valores reconhecidos na rubrica de Receita a repartir e a correspondente repartição pelos operadores aderentes. Tipicamente esse hiato temporal pode situar-se entre os 45 dias e os 2 anos, encontrando-se também reconhecido na conta de receita a repartir um montante de 101.411 euros em 31 de dezembro de 2022 relativo a viagens não reclamadas, sem expectativa de repartição por limitação do modelo de repartição em vigor (101.411 euros em 31 de dezembro de 2021).

Não obstante, é expectativa da Administração que seja mantido o suporte financeiro das agrupadas, que à data de 31 de dezembro de 2022 são credores de um passivo de curto prazo de 7.198.993 euros (5.556.231 euros em 31 de dezembro de 2021).

2.2. DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados pelo seu custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo pode ser o custo estimado à data de transição para NCRF ou o custo de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre em condições de utilização. Os gastos financeiros incorridos na construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os gastos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:



Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo e, quando necessário, registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado pelo mais elevado valor entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.2. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, pelo seu custo.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos ativos intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os ativos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo possa estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea anterior, relativa aos ativos fixos tangíveis.

As reversões das imparidades são reconhecidas em resultados e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

Para um ativo intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até ao fim da sua vida útil esperada e são de 33,33% para a sua totalidade.

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica de "Gastos/reversões de depreciação e amortização".

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos o custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

3.3. INVENTÁRIOS

As mercadorias correspondem na sua quase totalidade a títulos de transporte e encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

As perdas previstas na realização dos inventários são objeto de ajustamento.

3.4. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Nos termos do n.º 2 do artigo 6º do Código do IRC, os Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE) estão abrangidos por um regime fiscal especial, nomeadamente o Regime de Transparência Fiscal, sendo os prejuízos do período, apurados nos termos do referido Código, imputados diretamente aos respetivos membros na proporção da sua parcela no capital social do ACE.

Apesar do Agrupamento estar abrangido pelo regime de transparência fiscal, nos termos do artigo 6º do Código do IRC, foi efetuado o cálculo das tributações autónomas relativamente ao período de 2022, conforme o disposto no artigo 88º do Código do IRC.

3.5. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

As rubricas de “Clientes e Outros créditos a receber” são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (quando aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidades em dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.6. SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO

O ACE reconhece os subsídios recebidos da União Europeia inicialmente na rubrica de capital próprio “Subsídios ao investimento”, sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base sistemática em função da amortização do respetivo ativo tangível.

3.7. LOCAÇÕES

Os contratos de locação relativamente aos quais o ACE assume substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo locado são classificados como locações financeiras.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo, pelo menor entre o justo valor do bem e o valor atual das rendas de locação vincendas. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de “Financiamentos obtidos”. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na Demonstração dos Resultados no período a que dizem respeito.

Os ativos adquiridos em locação financeira são amortizados de acordo com a política estabelecida pelo ACE para os ativos fixos tangíveis.

3.8. GASTOS E RENDIMENTOS

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. Segundo o referido princípio contabilístico, as diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são sempre reconhecidas como ativos ou passivos, se se qualificarem como tal.

3.9. GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos colaboradores independentemente da data do seu pagamento.

De acordo com a legislação laboral em vigor os colaboradores adquirem o direito a férias e ao subsídio de férias no final do período em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do período um acréscimo dos montantes que serão pagos no ano seguinte os quais se encontram refletidos na rubrica “Outras Dívidas a Pagar”.

3.10. RÉDITO

A) VENDA DE BENS

Os rendimentos gerados pela venda de títulos de viagem (suporte) são registados mensalmente, de acordo com as informações extraídas do sistema de bilhética.

B) SERVIÇOS PRESTADOS

Os rendimentos gerados pelas comissões de Validação e de Rede de Vendas são registados mensalmente, de acordo com as informações extraídas do sistema de bilhética.

3.11. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS APRESENTADOS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do ACE são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa, para efeitos de relato financeiro, difira dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um maior risco de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

3.11.1 PROVISÕES

O ACE analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.11.2 IMPARIDADE

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do ACE.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor dos ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.11.3 VIDA ÚTIL DOS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos sectores em que o Agrupamento opera.

3.12 ALTERAÇÕES DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.12.1 ALTERAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante o período não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período anterior apresentada nos comparativos.

4. FLUXOS DE CAIXA

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	31.12.2022	31.12.2021
Depósitos bancários	13 968 279	12 498 106
Caixa	3 314 792	1 951 076
Caixa e equivalentes de caixa	17 283 071	14 449 182

A rubrica “caixa” inclui receita em transitio no valor de 3.044.817 euros (1.675.372 euros em 31 de dezembro de 2021) correspondente a valores de receita intermodal por transferir para as contas bancárias do TIP à data de 31 de dezembro de 2022.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

MOVIMENTOS NOS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – 2021

	Edifícios e o. construções	Equip. básico	Equip. Transporte	Equip. Admin.	Outros A.F.T.	Total
1 de janeiro de 2021						
Custo de Aquisição	7 460	10 663 921	4 000	795 810	1 553	11 472 744
Depreciações acumuladas	-6 862	-9 536 188	-3 667	-741 895	-443	-10 289 054
Valor líquido	598	1 127 733	333	53 915	1 110	1 183 689
Varição do período						
Adições	0	144 588	0	13 891	99	158 578
Alienações/abates	0	0	0	0	0	0
Depreciação-exercício	-82	-377 127	-333	-44 152	-245	-421 939
Depreciação-alienações	0	0	0	0	0	0
Valor líquido	-82	-232 539	-333	-30 261	-146	-263 361
31 de dezembro de 2021						
Custo de Aquisição	7 460	10 808 509	4 000	809 701	1 652	11 631 322
Depreciações acumuladas	-6 944	-9 913 315	-4 000	-786 048	-687	-10 710 993
Valor líquido	516	895 194	0	23 654	965	920 329

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas, na sua totalidade, na rubrica “Gastos de depreciação e de amortização” da Demonstração dos Resultados.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022 os movimentos registados em rubricas do ativo intangível foram como segue:

MOVIMENTOS NOS ATIVOS INTANGÍVEIS – 2022

	Projetos em desenv.	Programas diversos	Aplicação Anda	Aplicação Beyond Anda	Portal Andante	Cartão Bancário S/Contacto	Total
1 de janeiro de 2021							
Custo de Aquisição	88 200	258 211	1 938 791	144 173	191 232	352 618	2 973 224
Amortizações acumuladas	0	-118 756	-828 839	-49 559	-17 928	-18 366	-1 033 448
Valor líquido	88 200	139 454	1 109 952	94 614	173 304	334 252	1 939 776
Varição do período							
Adições	73 527	0	0	0	0	10 000	83 527
Transferências e abates	0	0	0	0	0	0	0
Regularizações	0	0	0	0	0	0	0
Amortizações-exercício	0	-57 452	-242 349	-18 022	-23 904	-44 077	-385 804
Depreciação-abates	0	0	0	0	0	0	0
Valor líquido	73 527	-57 452	-242 349	-18 022	-23 904	-34 077	-302 277
31 de dezembro de 2021							
Custo de Aquisição	161 727	258 211	1 938 791	144 173	191 232	362 618	3 056 751
Amortizações acumuladas	0	-176 208	-1 071 188	-67 581	-41 832	-62 443	-1 419 252
Valor líquido	161 727	82 002	867 603	76 592	149 400	300 175	1 637 499

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021 os movimentos registados em rubricas do ativo intangível foram como segue:

MOVIMENTOS NOS ATIVOS INTANGÍVEIS – 2021

	Projetos em desenv.	Programas diversos	Aplicação Anda	Aplicação Beyond Anda	Portal Andante	Cartão Bancário S/ Contacto	Total
1 de janeiro de 2021							
Custo de Aquisição	525 515	107 760	1 938 791	95 373	0	0	2 667 439
Amortizações acumuladas	0	-74 236	-586 490	-20 863	0	0	-681 589
Valor líquido	525 515	33 524	1 352 301	74 510	0	0	1 985 850
Varição do período							
Adições	95 335	150 450	0	0	0	60 000	305 785
Transferências e abates	-532 650	0	0	48 800	191 232	292 618	0
Regularizações	0	0	0	-10 675	0	0	-10 675
Amortizações-exercício	0	-44 520	-242 349	-18 022	-17 928	-18 366	-341 184
Depreciação-abates	0	0	0	0	0	0	0
Valor líquido	-437 315	105 930	-242 349	20 103	173 304	334 252	-46 074
31 de dezembro de 2021							
Custo de Aquisição	88 200	258 211	1 938 791	144 173	191 232	352 618	2 973 224
Amortizações acumuladas	0	-118 756	-828 839	-49 559	-17 928	-18 366	-1 033 448
Valor líquido	88 200	139 454	1 109 952	94 614	173 304	334 252	1 939 776

7. INVENTÁRIOS

A totalidade das existências registadas em 31 de dezembro de 2022 ascende ao montante de 349.295 euros (451.273 euros em 31 de dezembro de 2021) e , na sua totalidade, encontram-se em poder do TIP não existindo mercadorias em transito, em 31 de dezembro de 2022 (96.924 euros em 31 de dezembro de 2021).

8. CLIENTES

No período findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a decomposição da rubrica de Clientes (saldos correntes), representa-se como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Clientes – Entidades públicas	3 242 806	1 397 559
Clientes – Entidades não públicas	365 069	521 734
Clientes em mora à mais de 24 meses	20 708	20 708
Clientes – Perdas por imparidade	-20 708	-20 708
Total Clientes	3 607 875	1 919 294

Nessas datas os saldos mais significativos de clientes referem-se às seguintes entidades:

	31.12.2022	31.12.2021
Município de Vila Nova de Gaia	2 408 708	877 357
Município do Porto	776 447	285 903
Metro do Porto, S.A.	316 783	205 002
Município de Vila do Conde	39 985	6 610
STCP-Soc.Transp.Colec. Porto, SA	17 798	215 636
CP-Comboios de Portugal, E.PE.	12 330	76 032
Viaporto - Op.Manut.Transportes	10 921	-38 788
Valpi-Alberto Pinto & Filhos,	7 486	8 058
Rodoviária D'Entre Douro e Minho,SA	6 114	6 114
Outras dívidas de clientes	11 304	277 371
Total Clientes	3 607 875	1 919 294

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os movimentos de perdas por imparidade de clientes são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro	Dotação do exercício	Reversões	Utilizações	Saldo 31 Dezembro
Clientes com créditos em mora à mais de 24 meses:					
Setor empresarial e particulares	7 254	0	0	0	7 254
Setor público	13 455	0	0	0	13 455
Total de imparidades de clientes	20 708	0	0	0	20 708

9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos da rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentavam-se como segue:

	31.12.2022		31.12.2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
IVA– A recuperar	67 754		61 081	
IVA– A pagar		0		0
IRS – Retenções na fonte (a terceiros)		5 614		3 487
IRC – Retenções na fonte a receber	4 883		4 883	
IRC – Retenções na fonte (por terceiros)		0		0
IRC – Tributações autónomas		1 631		1 533
Contribuições para a Segurança Social		1 745		274
	72 638	8 990	65 965	5 294

Por estar sujeito ao regime de transparência fiscal em sede de Imposto sobre o Rendimento (IRC), os lucros ou prejuízos fiscais dos ACE, assim como os rendimentos ilíquidos sujeitos a retenções, são imputados aos agrupados na proporção da sua participação no capital do ACE, conforme disposto no n.º 3 do art.º 6.º do código do IRC.

10. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos mais significativos da rubrica “Outros créditos a receber” apresentavam-se como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Acrésc. rendimento–Receita e encargos a recuperar	2 671 353	131 325
Receita em poder de terceiros	1 611 562	1 481 182
Receita intermodal a transferir	777 597	1 167 491
Acrésc. rendimento–Comissões Ativ. Intermodal	414 831	308 928
Operadores receita distribuída	61 501	61 501
Acrésc. rendimento–Comissões Monomodais	4 746	4 691
Outros créditos a receber	45 925	42 864
Total de Outros créditos a receber	5 587 515	3 197 981

A rubrica “Acrésc. rendimento–Receita e encargos a recuperar” no valor de 2.671.353 euros corresponde maioritariamente a títulos Andante Metropolitano vendidos e cujo valor, à data de 31 de dezembro de 2022, ainda não sido transferido para as contas bancárias do TIP (131.325 euros à data de 31 de dezembro de 2021).

A rubrica “receita em poder de terceiros” no valor de 1.611.562 euros corresponde aos valores de receita intermodal em transito à data de 31 de dezembro de 2022 (1.481.182 euros à data de 31 de dezembro de 2021) e que ainda não sido transferidos para as contas bancárias do TIP.

A rubrica “receita intermodal a transferir” no valor de 777.597 euros corresponde a receita de títulos vendidos no postos de venda CP e que, à data de 31 de dezembro de 2022, ainda não sido transferidos para as contas bancárias do TIP (1.167.491 euros à data de 31 de dezembro de 2021).

11. DIFERIMENTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos da rubrica “Diferimentos” apresentavam-se como segue:

	31.12.2022		31.12.2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Diferimentos				
Gastos a reconhecer	1 140		946	
Rendimentos a reconhecer		0		4 944
	1 140	0	946	4 944

A rubrica “Diferimentos – Ativo” corresponde a prémios de seguros já liquidados e cujo registo do correspondente gasto será efetuado no período seguinte.

12. CAPITAL

CAPITAL SUBSCRITO

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital social do Agrupamento, encontrava-se totalmente subscrito e realizado. Ascende ao montante de 30.000 euros divididos em três parcelas iguais unitárias no valor de 10.000 euros.

RESULTADOS TRANSITADOS

A rubrica “Resultados Transitados” contempla a aplicação dos sucessivos resultados líquidos do Agrupamento, conforme deliberado nas Assembleias Gerais de agrupados. A importância acumulada nesta rubrica é, em 31 de Dezembro de 2022, de 3.802.640 Euros (3.755.169 euros 31 de Dezembro de 2021).

SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

PROJETO “ANDA”

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017, na sequência da candidatura do projeto "anda", o TIP recebeu do Fundo Ambiental o montante total de 982.028 euros.

PROJETO “(BEYOND) ANDA”

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018, na sequência da candidatura do projeto "(beyond) anda", o TIP recebeu do Fundo Ambiental o montante total de 150.000 euros. Já no período findo em 31 de dezembro de 2019, o investimento elegível para a candidatura do projeto "(beyond) anda" fixou-se em 144.173 euros tendo o TIP, nessa sequência, devolvido à entidade gestora o montante de 5.827 euros de subsídios recebidos.

No que respeita ao projeto "(beyond) anda", este divide-se em dois tópicos:

- “Validação-Slave”: Análise e avaliação de arquiteturas alternativas de validação, baseadas em interfaces abertas não proprietárias, que diminuam os custos, a complexidade e a logística de instalação e manutenção, importantes na equação de modernização dos sistemas de bilhética. Total do investimento participado 95.373 euros, com início de utilização em abril de 2019;
- "Interoperabilidade HCE": Desenvolvimento dos mecanismos necessários à generalização do anda a outras geografias, em todos os seus aspetos, nomeadamente no que enfrenta maior desafio que é a validação baseada em HCE, garantindo o tratamento transparente e ubíquo dos diferentes modelos de dados e tarifários. Total do investimento participado 48.800 euros.

A componente "Interoperabilidade HCE" do projeto "(beyond) anda" ainda se encontra em fase de construção ou de instalação e, por isso, não está em condições de uso para a finalidade que motivou a sua aquisição, não se procedeu á sua depreciação ou amortização em 2022 e, em consequência, também não existiu a regularização por resultados do subsídio recebido, que teria por base a amortização praticada.

PROJETO “SAMA 2020”

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 a 31 de dezembro de 2022, na sequência da candidatura do “Projeto Sama 2020”: Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública, o TIP recebeu do Fundo Social Europeu o montante total de 218.573 euros.

Os movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 foram os seguintes:

	Notas	Fundo Ambiental	Fundo Social Europeu	Total
1 de janeiro de 2021		801 225	76 509	877 734
Adições		0	27 069	27 069
Regularizações por resultados	18	-151 450	-9 710	-161 161
31 de dezembro de 2021		649 775	103 579	743 643
Adições		0	114 995	114 995
Regularizações por resultados	18	-140 775	-70 019	-210 794
31 de dezembro de 2022		509 000	138 844	647 844

RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO

Os movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 na rubrica "Resultado líquido do período" foram os seguintes:

	Montante
1 de janeiro de 2021	-193 486
Aplicação dos resultados	193 486
Resultado do período	47 471
31 de dezembro de 2021	47 471
Aplicação dos resultados	-47 471
Resultado do período	1 709 251
31 de dezembro de 2022	1 709 251

13. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as avaliações de risco efetuadas pelo ACE, com o apoio e aconselhamento dos seus consultores legais, não foram constituídas provisões para processos em contencioso envolvendo o ACE. No final do período de 31 de dezembro de 2022 o saldo de provisões era nulo (nulo em 31 de dezembro de 2021).

14. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos mais significativos de fornecedores referem-se às seguintes entidades:

	31.12.2022	31.12.2021
Egor Outsourcing Pr.S.O.Ad.Pessoal	393 305	108 223
Metro do Porto, S.A.	306 385	206 910
Card4B – Systems, S.A.	188 257	74 240
Grupo 8-Vigilância e Prevenção	65 723	65 723
CP-Comboios de Portugal, E.P.E.	41 025	52 680
STCP-Soc.Transp.Colec. Porto, SA	29 950	37 437
IP Telecom, S.A.	7 927	7 927
Turismo do Porto e Norte de Portuga	7 767	1 311
Outras dívidas a fornecedores	44 579	177 117
	1 084 918	731 566

15. FORNECEDORES DE INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos mais significativos de fornecedores de investimentos referem-se às seguintes entidades:

	31.12.2022	31.12.2021
A.C. Monteiro, Lda.	16 208	994
Card4B – Systems, S.A.	12 300	41 697
Delmar, Alves, Lda.	3 838	102
Outros	3 312	8 430
Total de fornecedores de investimentos	35 657	51 224



16. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o detalhe da rubrica de Outras dívidas a pagar (Saldo corrente) é o seguinte:

	31.12.2022	31.12.2021
Receita a repartir pelos operadores	13 606 623	10 631 626
Metro do Porto, S.A.	5 157 657	2 924 567
STCP-Soc.Transp.Colec. Porto, SA	1 238 316	1 895 774
CP-Comboios de Portugal, E.P.E.	425 660	438 863
AMP-Área Metropolitana do Porto	182 401	0
VIAMOVE-Soluções de Mobilidade, Lda	128 715	163 327
Valpi-Alberto Pinto & Filhos,	104 983	106 550
Empresa de Transp. Gondomarense	104 637	241 540
Outras contas a pagar	927 881	1 173 187
Total de outras contas a pagar (saldo corrente)	21 876 873	17 575 435

	31.12.2022	31.12.2021
Outros credores		
Credores diversos i)	7 973 202	6 608 433
Receita a repartir ii)	13 606 623	10 631 626
Acréscimos de gastos		
Remunerações	71 533	63 950
Outros	225 515	271 426
	21 876 873	17 575 435

i) A rubrica "Credores diversos" refere-se maioritariamente aos montantes faturados pelos operadores de transporte aderentes à intermodalidade.

ii) O procedimento de repartição da receita da venda de títulos intermodais Andante pelos operadores aderentes, que prestam o serviço de transporte aos clientes, ocorre no momento de utilização da viagem adquirida. Essa repartição é processada por uma aplicação informática, denominada de MRRRA – Modelo de Repartição Receita Andante, que foi certificada pela empresa Critical em 2015. O facto da aquisição da viagem, por parte do cliente, ocorrer em momento anterior, ao da sua utilização, determina uma diferença temporal entre os valores da receita da venda de títulos intermodais Andante e os valores repartidos pelos operadores aderentes ao Sistema Intermodal Andante.

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo da receita a repartir registado na contabilidade era de 13.606.623 euros (10.631.626 euros em 31 de dezembro de 2021).

Estes valores encontram-se já expurgados dos seguintes fluxos:

- Receita a não repartir no montante de 67.592 euros em 31 de dezembro de 2022 (101.177 euros em 31 de dezembro de 2021): diz respeito à contabilização da receita arrecadada pelo TIP e sem expectativa de repartição pelos operadores por impossibilidade técnica do algoritmo em vigor. Este valor é explicado pela diferença entre a faturação de títulos Andante Pro (títulos entretanto expirados e não utilizados) e a correspondente receita repartida;
- Receita a desreconhecer, 31 de dezembro de 2022, no montante de 23.109 euros (55.636 euros em 31 de dezembro de 2021): diz respeito ao desreconhecimento no balanço do passivo referente aos talões "Vale Numerário" expirados (data de validade superior a 2 anos).

Assim a rubrica "Receita a repartir" corresponde, essencialmente, à diferença entre os valores da receita da venda de títulos intermodais Andante com depósito bancário efetuado em contas do TIP passível de repartição, de acordo com o algoritmo em vigor, e os valores repartidos pelos operadores aderentes ao Sistema Intermodal Andante.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a receita intermodal apresenta a seguinte decomposição:

	31.12.2022	31.12.2021
Títulos Ocasionalmente não validados	10 631 901	8 611 450
Assinaturas de Janeiro do ano seguinte	2 724 445	1 834 891
Talões "Vale Numerário" não reclamados	60 149	45 796
Viagens não reclamadas	101 411	101 411
Validações repartidas no ano seguinte	88 717	38 078
Receita Intermodal	13 606 623	10 631 626

A rubrica "Viagens não reclamadas" resulta da análise efetuada, com referência a 31 de dezembro de 2022, à receita intermodal arrecadada e por repartir. Foi obtida da diferença entre o total da receita arrecadada pelo TIP em 31 de dezembro de 2022 de 13.606.623 euros (10.631.626 euros em 31 de dezembro de 2021) e as correspondentes responsabilidades de 13.505.212 euros (10.530.215 euros em 31 de dezembro de 2021). O valor desta rubrica ascende a 101.411 euros em 31 de dezembro de 2022 (101.411 euros em 31 de dezembro de 2021).

17. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O valor das vendas e dos serviços prestados reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Prestação de serviços – Ambito intermodal	4 540 184	3 195 996
Vendas mercadorias – Títulos	2 530 381	1 413 986
Prestação de serviços – Ambito monomodal	11 445	13 384
Total de vendas e serviços prestados	7 082 010	4 623 367

18. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

A rubrica de “Subsídios à exploração” corresponde na sua totalidade a subsídios recebidos no âmbito da candidatura n.º 1627004, da Medida Estágios ATIVAR.PT (Portaria n.º 206/2020 de agosto e Despacho do Secretário de Estado Adjunto, do Trabalho e da Formação Profissional) no montante de 4.986 euros em 31 de dezembro de 2022 (1.412 euros em 31 de dezembro de 2021).

19. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” apresenta o seguinte detalhe:

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Imputação de subsídios ao investimento	12	210 794	161 161
Desreconhecimento Vales/Numerário		23 109	55 636
Outros		15 669	29 606
Total de outros rendimentos e ganhos		249 572	246 403

A rubrica “Desreconhecimento Vales/Numerário” corresponde aos talões “Vale Numerário” expirados (data de emissão anterior à data do balanço - 31/12/n - superior a 2 anos) no montante de 23.109 euros em 31 de dezembro de 2022 (55.636 euros em 31 de dezembro de 2021).

20. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O detalhe do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas é o seguinte:

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Existências iniciais		451 273	428 873
Compras		292 025	246 233
Regularizações	7	15 653	371
Existências finais	7	-349 295	-451 273
Gasto do período		409 656	224 203

Em 31 de dezembro de 2022, não existiam mercadorias em transito (96.924 euros em 31 de dezembro de 2021)



21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Subcontratos	2 676 121	2 062 539
Serviços especializados	778 796	804 928
Serviços diversos	247 258	200 202
Materiais	56 035	18 435
Outros	12 480	6 485
Total de fornecimentos e serviços externos	3 770 690	3 092 589

A rubrica “Subcontratos” refere-se essencialmente a encargos com a rede de vendas Andante designadamente recursos humanos (902.395 euros em 31 de dezembro de 2022 e 854.033 euros em 31 de dezembro de 2021), comissões a revendedores (1.151.126 euros em 31 de dezembro de 2022 e 704.002 euros em 31 de dezembro de 2021), comissões de processamento de pagamentos (405.655 euros em 31 de dezembro de 2022 e 303.658 euros em 31 de dezembro de 2021), transporte e tratamento de valores (105.366 euros em 31 de dezembro de 2022 e 105.366 euros em 31 de dezembro de 2021) e comissões pagamentos automáticos (111.579 euros em 31 de dezembro de 2022 e 95.479 euros em 31 de dezembro de 2021).

A rubrica “Serviços especializados” corresponde, essencialmente, a encargos com conservação e reparação de equipamentos de bilhética (345.242 euros em 31 de dezembro de 2022 e 270.089 euros em 31 de dezembro de 2021) e trabalhos especializados (411.110 euros em 31 de dezembro de 2022 e 532.306 euros em 31 de dezembro de 2021).

22. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com pessoal, incorridos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, foram como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Remunerações		
Órgãos sociais	50.158	53.871
Pessoal	446.374	448.293
	496.532	502.163
Encargos sociais		
Encargos sobre remunerações	113.614	115.236
Custos de ação social	1.690	2.881
Outros	16.702	13.826
	132.006	131.943
Total de gastos com o pessoal	628.538	634.107

O número médio de colaboradores do ACE em 2022 foi de 12 (13 em 2021). Em 31 de dezembro de 2022 a lista de colaboradores cedidos ao TIP pelas agrupadas era a seguinte:

Descrição	Nº Colaboradores
Quadros da Metro do Porto cedidos ao TIP	7
Quadros da STCP cedidos ao TIP	3

23. OUTROS GASTOS E PERDAS

O detalhe dos “Outros gastos e perdas” dos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Impostos e taxas	7 494	2 469
Multas e penalidades	636	224
Correcções relativas a períodos anteriores	0	82 173
Outros	4	2 726
Total de outros gastos e perdas	8 134	84 899

24. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

O detalhe dos “Juros e gastos similares suportados” dos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Gastos com serviços bancários	52 348	23 247
Juros de descobertos bancários	1 544	0
Outros	267	11
Total de juros e gastos similares suportados	54 159	23 258

A rubrica “Gastos com serviços bancários” corresponde, essencialmente, a encargos com transações eletrónicas de recebimentos de clientes (52.348 euros em 31 de dezembro de 2022 e 23.247 euros em 31 de dezembro de 2021), sendo a sua evolução justificada pelo incremento da atividade do ACE.

25. PARTES RELACIONADAS

TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

EMPRESAS AGRUPADAS:

CP Comboios de Portugal E.P.E.

Metro do Porto, S. A.

STCP–Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S. A.

TRANSAÇÕES E SALDOS PENDENTES

Durante o período, o A.C.E. efetuou as seguintes transações com entidades agrupadas:

	31.12.2022	31.12.2021
Prestação de Serviços		
CP Comboios de Portugal E.P.E.	362 139	262 296
STCP–Soc. Transp. Colectivos do Porto	1 786 802	1 277 952
Metro do Porto, S. A.	2 441 497	3 365 034
	4 590 438	4 905 283
Aquisição de Serviços (incl receita)		
CP Comboios de Portugal E.P.E.	9 099 100	6 559 822
STCP–Soc. Transp. Colectivos do Porto	29 570 757	23 601 502
Metro do Porto, S.A.	46 064 556	58 538 419
	84 734 413	88 699 743

Os saldos finais a 31 de dezembro de 2022 e os respetivos valores comparativos de 31 de dezembro de 2021 das rubricas “Prestação de Serviços – CP” e “Prestação de Serviços – STCP” refletem o critério anteriormente adotado designadamente, de não considerar nas referidas rubricas a receita intermodal recebida pela CP e pela STCP nos postos de venda onde, simultaneamente, atuam como revendedores.

No final do período findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos resultantes de transações efetuadas com entidades agrupadas são como se segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Saldos devedores		
CP Comboios de Portugal E.P.E.	12 330	76 032
Metro do Porto, S.A.	316 783	205 002
STCP–Soc. Transp. Colectivos do Porto	19 304	215 636
	348 418	496 670
Saldos credores		
CP Comboios de Portugal E.P.E.	466 685	491 543
Metro do Porto, S.A.	5 464 042	3 131 477
STCP–Soc. Transp. Colectivos do Porto	1 268 266	1 933 212
	7 198 993	5 556 231

26. OUTRAS INFORMAÇÕES

DÍVIDAS EM MORA AO ESTADO E À SEGURANÇA SOCIAL

Não existem

REMUNERAÇÃO DO FISCAL ÚNICO

A remuneração auferida pelo Fiscal Único foi, durante o período findo em 31 de dezembro de 2022, de 5.000 euros (5.000 euros em 31 de dezembro de 2021).

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Nada a referir.

ANEXOS

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA RELEVANTE

QUANTIDADE VENDIDA CARTÕES C/ UTILIZAÇÃO INTERMODAL

	2020	2021	2022	Δ 21/22
Andante PVC	58 372	73 838	122 340	65,69%
Andante PVC 4_18	11 385	14 857	17 451	17,46%
Andante PVC Sub23	15 344	18 059	22 962	27,15%
Person. Func./Familiar STCP	480	593	3 816	543,51%
Total PVC	85 581	107 347	166 569	55,17%
Cartão Andante Azul	1 246 930	1 572 201	2 980 763	89,59%
TOTAL	1 332 511	1 679 548	3 147 332	87,39%

CARREGAMENTOS POR TIPO DE TÍTULO *

Título de Transporte	2020	2021	2022	Δ 21/22
Títulos de Viagem	13 858 736	16 035 130	22 226 950	38,61%
Andante 24	59 726	86 847	269 553	210,38%
Andante Tour 1	11 415	18 203	57 610	216,49%
Andante Tour 3	16 882	19 530	68 441	250,44%
Total Títulos Ocasionais	13 946 759	16 159 710	22 622 554	39,99%
Assinatura Normal	782 932	807 512	1 168 670	44,72%
Assinatura 4_18	119 569	132 161	198 643	50,30%
Assinatura 4_18 (A)	37 393	36 209	43 195	19,29%
Assinatura Sub23	85 881	101 673	195 234	92,02%
Assinatura Sub23 A	89 292	97 198	129 540	33,27%
Assinatura 3ª Idade	271 497	278 090	328 638	18,18%
Social +	155 644	146 982	159 683	8,64%
Social + (A)	46 437	47 874	59 166	23,59%
Social + (D)	3 079	3 280	4 009	22,23%
Social + (R)	12	5	9	80,00%
Família	10 666	24 507	36 677	49,66%
Sub13	15 878	17 820	20 632	15,78%
Antigos Combatentes		42 845	274 858	541,52%
Combinado AMP/CP	920	16 462	25 871	57,16%
Combinado AMP/CIM TS		2 888	12 794	343,01%
P&R		770	1 566	103,38%
Total Títulos Assinatura	1 619 200	1 756 276	2 659 185	51,41%
TOTAL	15 565 959	17 915 986	25 281 739	41,11%

* Dados referentes a carregamentos efetuados no ano civil (1 Jan a 31 Dez)

RECEITA DA VENDA DE SUPORTES PARA UTILIZAÇÃO INTERMODAL

(por ano de cobrança)	2020	2021	2022	Δ 21/22
Andante PVC	333 757,00 €	432 965,00 €	720 622,45 €	66,44%
Andante PVC 4_18	30 088,00 €	39 250,00 €	45 478,00 €	15,87%
Andante PVC Sub23	40 490,00 €	50 139,00 €	61 821,00 €	23,30%
Total PVC	404 335,00 €	522 354,00 €	827 921,45 €	58,50%
Cartão Andante Azul	747 314,00 €	942 518,60 €	1 787 484,50 €	89,65%
TOTAL	1 151 649,00 €	1 464 872,60 €	2 615 405,95 €	78,54%

RECEITA DE CARREGAMENTOS POR TIPO DE TÍTULO *

Título de Transporte	2020	2021	2022	Δ 21/22
Títulos de Viagem	18 660 435,45 €	21 657 245,25 €	31 679 354,90 €	46,28%
Andante 24	303 986,60 €	446 810,85 €	1 422 314,95 €	218,33%
Andante Tour 1	79 691,00 €	126 832,25 €	400 831,70 €	216,03%
Andante Tour 3	253 035,00 €	292 412,20 €	1 025 428,80 €	250,68%
Total Títulos Ocasionais	19 297 148,05 €	22 523 300,55 €	34 527 930,35 €	53,30%
Assinatura Normal	27 416 727,50 €	28 235 894,10 €	41 323 013,20 €	46,35%
Assinatura 4_18	3 143 988,50 €	3 435 552,50 €	5 134 818,50 €	49,46%
Assinatura 4_18 (A)	538 582,00 €	517 000,00 €	612 426,00 €	18,46%
Assinatura Sub23	2 391 921,50 €	2 885 472,00 €	5 553 407,50 €	92,46%
Assinatura Sub23 A	1 399 202,00 €	1 512 772,00 €	2 018 578,00 €	33,44%
Assinatura 3ª Idade	7 438 890,00 €	7 633 029,30 €	9 070 050,75 €	18,83%
Social +	4 222 677,50 €	4 017 822,50 €	4 386 555,00 €	9,18%
Social + (A)	859 580,00 €	890 260,00 €	1 106 245,00 €	24,26%
Social + (D)	84 210,00 €	90 502,50 €	111 727,50 €	23,45%
Social + (R)	292,50 €	120,00 €	255,00 €	112,50%
Família	238 040,00 €	538 420,00 €	802 250,00 €	49,00%
Sub13				
Antigos Combatentes		3 080,00 €	22 890,00 €	643,18%
Combinado AMP/CP		699 408,00 €	1 082 128,00 €	54,72%
Combinado AMP/CIM TS		121 966,00 €	526 682,00 €	331,83%
P&R	15 504,00 €	12 988,00 €	26 316,00 €	102,62%
Total Títulos Assinatura	47 749 615,50 €	50 594 286,90 €	71 777 342,45 €	41,87%
TOTAL	67 046 763,55 €	73 117 587,45 €	106 305 272,80 €	45,39%

* Dados referentes à receita correspondente à quantidade carregada no ano civil (1 Jan a 31 Dez), independentemente do período

RECEITA DA VENDA DE SUPORTES E DE CARREGAMENTOS POR CANAL

	2020	2021	2022	Δ 21/22
MVAs rede MP	25 326 847,50 €	28 777 966,50 €	48 512 708,10 €	68,58%
PayShop	24 467 459,05 €	25 287 338,35 €	31 269 140,00 €	23,66%
Pagaqui				-
Lojas Andante	7 390 520,15 €	7 867 356,20 €	11 363 262,80 €	44,44%
CP Porto	3 802 806,30 €	4 375 732,25 €	5 688 264,25 €	30,00%
MVAs rede CP	2 998 708,70 €	3 194 471,45 €	5 011 739,05 €	56,89%
STCP	10 192,15 €	-	-	-
SIBS	3 162 740,50 €	3 790 762,50 €	4 610 482,50 €	21,62%
Privados	361 202,60 €	389 822,50 €	417 956,80 €	7,22%
Revendedores	336 422,05 €	393 983,70 €	822 469,50 €	108,76%
Anda	341 513,55 €	450 208,60 €	986 409,75 €	119,10%
VISA		54 818,00 €	238 246,00 €	334,61%
TOTAL	68 198 412,55 €	74 582 460,05 €	108 920 678,75 €	46,04%



VALIDAÇÕES POR TIPO DE TÍTULO

Título de Transporte	2020	2021	2022	Δ 21/22
Títulos de Viagem	17 967 605	20 591 781	27 367 509	32,91%
Andante 24	192 828	257 996	761 643	195,22%
Andante Tour 1	66 231	73 312	222 543	203,56%
Andante Tour 3	167 508	176 545	638 520	261,68%
Total Títulos Ocasioneis	18 394 172	21 099 634	28 990 215	37,40%
Assinatura Normal	43 469 694	46 857 609	67 046 553	43,09%
Assinatura 4_18	4 821 568	5 043 329	7 185 220	42,47%
Assinatura 4_18 (A)	1 707 377	1 616 178	1 886 363	16,72%
Assinatura Sub23	3 038 195	3 733 445	7 971 275	113,51%
Assinatura Sub23 A	3 016 386	3 312 659	5 205 662	57,14%
Assinatura 3ª Idade	15 046 632	15 439 360	17 790 095	15,23%
Social +	10 769 611	10 519 006	11 356 481	7,96%
Social + (A)	3 258 951	3 441 171	4 169 064	21,15%
Social + (D)	198 645	235 304	270 430	14,93%
Social + (R)	220	108	334	209,26%
Família	515 373	1 203 108	1 801 084	49,70%
Sub13	1 952 833	2 345 562	3 125 224	33,24%
Antigos Combatentes		656 696	6 358 632	868,28%
Combinado AMP/CP		684 824	1 123 848	64,11%
Combinado AMP/CIM TS		123 490	585 309	373,97%
Total Títulos Assinatura	87 795 485	95 211 849	135 875 574	42,71%
TOTAL	106 189 657	116 311 483	164 865 789	41,75%

RÁCIO RECEITA TOTAL POR VALIDAÇÃO (RTV) COM RECEITA DE CARTÕES POR TIPO DE TÍTULO

Título de Transporte	2020	2021	2022
Total Títulos Ocasioneis	1,09 €	1,11 €	1,25 €
Total Títulos Assinatura	0,55 €	0,54 €	0,53 €

RECEITA DA VENDA DE SUPORTES E DE CARREGAMENTOS POR CANAL

Título de Transporte	2020	2021	2022
Títulos de Viagem	1,04 €	1,05 €	1,16 €
Andante 24	1,58 €	1,73 €	1,87 €
Andante Tour 1	1,20 €	1,73 €	1,80 €
Andante Tour 3	1,51 €	1,66 €	1,61 €
Total Títulos Ocasioneis	1,05 €	1,07 €	1,19 €
Assinatura Normal	0,63 €	0,60 €	0,62 €
Assinatura 4_18	0,65 €	0,68 €	0,71 €
Assinatura 4_18 (A)	0,32 €	0,32 €	0,32 €
Assinatura Sub23	0,79 €	0,77 €	0,70 €
Assinatura Sub23 A	0,46 €	0,46 €	0,39 €
Assinatura 3ª Idade	0,49 €	0,49 €	0,51 €
Social +	0,39 €	0,38 €	0,39 €
Social + (A)	0,26 €	0,26 €	0,27 €
Social + (D)	0,42 €	0,38 €	0,41 €
Social + (R)	1,33 €	1,11 €	0,76 €
Família	0,46 €	0,45 €	0,45 €
Antigos Combatentes		0,00 €	0,00 €
Combinado AMP/CP		1,02 €	0,96 €
Combinado AMP/CIM TS		0,99 €	0,90 €
Total Títulos Assinatura	0,54 €	0,53 €	0,53 €



RÁCIO VALIDAÇÕES POR Nº CARTÕES UTILIZADOS (VA)

Título de Transporte	2020	2021	2022
Títulos de Viagem	1,30	1,28	1,23
Andante 24	3,23	2,97	2,83
Andante Tour 1	5,80	4,03	3,86
Andante Tour 3	9,92	9,04	9,33
Total Títulos Ocasionais	1,32	1,31	1,28
Assinatura Normal	55,46	57,97	57,29
Assinatura 4_18	40,32	38,16	36,17
Assinatura 4_18 (A)	45,66	44,63	43,67
Assinatura Sub23	35,38	36,72	40,83
Assinatura Sub23 A	33,78	34,08	40,19
Assinatura 3ª Idade	55,42	55,52	54,13
Social +	69,19	71,57	71,12
Social + (A)	70,18	71,88	70,46
Social + (D)	64,52	71,74	67,46
Social + (R)	18,33	21,60	37,11
Família	48,32	49,09	49,11
Sub 13	122,99	131,63	151,47
Antigos Combatentes		15,33	23,13
Combinado AMP/CP		41,60	43,44
Combinado AMP/CIM TS		42,76	45,75
Total Títulos Assinatura	54,22	54,21	51,10

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO CURRICULUM VITAE

PRESIDENTE: ENG. PEDRO MANUEL FRANCO RIBEIRO

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS:

Licenciatura em Engenharia Mecânica pela Universidade do Minho
PDE — Programa de Direção de Empresas pela AESE Business School
Pós-Graduação em Engenharia da Soldadura pelo Instituto de Soldadura e Qualidade

ATIVIDADE PROFISSIONAL:

Desde 2019: Administrador do Conselho de Administração da CP - Comboios de Portugal, E. P. E. (CP, E.P.E.)

2005 – 2019: Diretor do Departamento de Material do Porto na CP - Comboios de Portugal, E. P. E. (CP, E.P.E.)

2015: Responsável pela coordenação da soldadura na VESAM Engenharia, S.A.

2014: Responsável pelo processo de acompanhamento da atividade de coordenação de soldadura na JTSL — Soluções Técnicas Manutenção Metalomecânica, S.A.

1987 – 2012: Responsável da Obra — Enquadramento Equipas de Trabalho

2003 – 2004: Assessor do diretor do Departamento de Material Porto e responsável pelas áreas de operações e de técnica e pelo processo de garantia na CP, E.P.E.

1995 – 1999: Chefe do setor e responsável das oficinas de reparação de equipamentos na EMEF—Empresa de Manutenção de Equipamentos Ferroviários, S.A.



DA ESQUERDA PARA A DIREITA:

Administrador Delegado — Manuel Paulo Alves Teixeira

Vogal — Maria João Ferreira da Silva Santos

Presidente — Pedro Manuel Franco Ribeiro

Vogal — Cristina Mafalda Nieto Guimarães Pimentel

Vogal — Tiago Filipe da Costa Braga

VOGAL: ENG. TIAGO FILIPE DA COSTA BRAGA**HABILITAÇÕES ACADÉMICAS:**

2011: Pós-Graduação em Política e Gestão Ambiental pela Universidade de Aveiro

1998: Licenciatura em Engenharia do Ambiente pela Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa

ATIVIDADE PROFISSIONAL:

Desde 2019: Presidente do Conselho de Administração da Metro do Porto, SA

Presidente do Conselho de Administração da Transpublicidade – Publicidade em Transportes, SA

Presidente do Conselho de Administração da Nortrem – Aluguer de Material Ferroviário, ACE

2019–2022: Presidente do Conselho de Administração do TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE

2018–2019: Vogal Não Executivo do Conselho de Administração da empresa Águas do Centro Litoral, SA – Responsável das Áreas de Abastecimento de Água, Laboratório, Manutenção, Direção de Operação de Águas Residuais, Sustentabilidade Empresarial e IDI

2016–2019: Vogal Não Executivo do Conselho de Administração da Metro do Porto, SA

2016–2017: Vogal Executivo do Conselho de Administração da STCP, S.A.

Vogal do Conselho de Administração da OPT – Otimização e Planeamento de Transportes, S.A.

Vogal do Conselho de Administração da Transpublicidade – Publicidade em Transportes, SA

2013–2016: Vogal Executivo do Conselho de Administração da Empresa Municipal Águas e Parque Biológico de Gaia, EEM, S.A.

2013: Chefe de Gabinete Presidente da Câmara de Vila de Nova de Gaia

2005–2013: Responsável Operacional / JTI, Gestor Técnico, Operacional e Auditor Coordenador da LUSAENOR – Sucursal em Portugal da Associação Espanhola de Normalização e Certificação

2002–2005: Gestor Desenvolvimento e Produto APCER – Associação Portuguesa de Certificação

2000–2002: Técnico no Departamento de Assistência Técnica às Empresas da AEP – Associação Empresarial de Portugal, Câmara de Comércio de Indústria

VOGAL: DRA. MARIA JOÃO FERREIRA DA SILVA SANTOS**HABILITAÇÕES ACADÉMICAS:**

2022: Curso Executivo de Ética, Compliance e Whistleblowing pela Católica Porto Business School

2019: Curso de Excel pelo CESAE – Centro de Serviços e Apoio às Empresas

2017: Curso de Pós-Graduação em Contratação Pública pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – CEDIPRE – Centro de Estudos de Direito Público e Regulação

2010: II Curso de especialização de contratação pública pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Executive master de gestão para juristas na EGE – Escola de Gestão Empresarial, Universidade Católica Portuguesa, Porto

2008: Curso de especialização sobre o novo regime de contratação pública no INA – Instituto Nacional de Administração, IP

2004: Pós-graduação em Logística e Ciência da Legislação pela Faculdade de Direito de Lisboa

2000: Pós-graduação em Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente (Direito interno e comunitário) pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

1996: Licenciatura em Direito pela Universidade Católica Portuguesa, Porto

ATIVIDADE PROFISSIONAL:

Desde 2021: Vogal do Conselho de Administração do TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE

Desde 2016: Advogada na Direção Jurídica da CP – Comboios de Portugal, EPE, sendo responsável pelo Núcleo do Porto

2016–2021: Administradora Delegada do TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE

2012–2016: Vogal do Conselho de Administração da Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações

2011–2013: Presidente da Mesa da Assembleia Geral do TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE

2011–2012: Secretária do Conselho Geral da Associação dos Museus de Transportes e Comunicações

2005–2013: Advogada na CP – Comboios de Portugal, EPE a exercer funções no Gabinete Jurídico, sendo responsável pelo Núcleo do Porto

2005: Jurista na AMTP, EPE – Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto

2004–2005: Adjunta, na área jurídica, do Secretário de Estado das Obras Públicas do XVI Governo Constitucional

2002–2004: Adjunta, na área jurídica, do Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas do XV Governo Constitucional

2000–2002: Jurista no Departamento de Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Gondomar

1999–2002: Jurista no gabinete técnico local de São Pedro da Cova e Fânzeres, criado pela Câmara Municipal de Gondomar, ao abrigo do programa de recuperação de áreas urbanas degradadas (PRAUD)

1996–1998: Estágio no escritório Lopes Cardoso – Sociedade de Advogados, com o Bastonário Augusto Lopes Cardoso

VOGAL: DRA. CRISTINA MAFALDA NIETO GUIMARÃES PIMENTEL**HABILITAÇÕES ACADÉMICAS:**

- 1999: Doutoramento em História e Teoria da Arte (PhD) pela University of Essex, Inglaterra;
- 1995: Mestre em Estudos Museológicos (MA in Gallery Studies) pela University of Essex, Inglaterra
- 1994: Licenciatura em Pintura pela Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto.

ATIVIDADE PROFISSIONAL:

- Desde 2022: Presidente do Conselho de Administração da STCP, EIM, SA.
- 2021–2022: Vereadora da Câmara Municipal do Porto com o Pelouro dos Transportes
- 2017–2021: Vereadora da Câmara Municipal do Porto com o Pelouro dos Transportes
- 2013–2017: Vereadora da Câmara Municipal do Porto com o Pelouro da Mobilidade
- 2013–2016: Presidente do Conselho de Administração da GO Porto – Gestão e Obras do Porto, EM.
- 2000–2013: Diretora do Museu do Carro Elétrico – STCP, SA.
- 1998–2000: Consultora do Museu dos Transportes e Comunicações – Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações

ATIVIDADE ACADÉMICA:

- 2006–2013: Docente convidada (extra-quadro) do Mestrado em Estudos Museológicos e Curadoriais da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto
- 2010–2013: Docente convidada (extra quadro) do Curso de Licenciatura em Gestão do Património Cultural do Instituto Politécnico do Porto
- 2004–2006: Docente convidada (extra-quadro) do Curso de Licenciatura em Arte, Conservação e Restauro – Escola das Artes da Universidade Católica – Porto.

ADMINISTRADOR DELEGADO: ARQ. MANUEL PAULO ALVES TEIXEIRA**HABILITAÇÕES ACADÉMICAS:**

- Licenciatura em Arquitetura pela Universidade Lusíada do Porto
- Mestre em Patologia e Reabilitação Arquitetónicas pela Universidade da Coruña
- Curso Progal (Programa de Gestão Avançada na Administração Local) pela Fundação FEFAL (Estudos e Formação nas Autarquias Locais)

ATIVIDADE PROFISSIONAL:

- Desde Junho 2022: Administrador-Delegado do TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE
- 2018–2022: Diretor Municipal de Mobilidade e Transportes na Câmara Municipal do Porto
- 2016–2018: Diretor do Departamento de Mobilidade e Gestão da Via Pública na Câmara Municipal do Porto
- 2014–2016: Consultor Internacional para a Área da Mobilidade e dos Transportes
- 2006–2014: Diretor do Gabinete de Projetos da Metro do Porto, SA
- 2001–2006: Responsável pela Arquitetura, Traçado e Urbanismo da Metro do Porto, SA
- 1998–2001: Profissional Liberal em Atelier Próprio
- Professor na ARCA (Escola Universitária das Artes de Coimbra)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de “TIP - TRANSPORTES INTERMODAIS DO PORTO, A.C.E.” (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 29.196.172 euros e um total de capital próprio de 6.189.734 euros, incluindo um resultado líquido de 1.709.251 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do “TIP - TRANSPORTES INTERMODAIS DO PORTO, A.C.E.” em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Incerteza material relacionada com a continuidade

Tal como descrito na nota 2.1 do Anexo, foi publicado o Decreto-Lei n.º 121/2019 de 22 de agosto, que prevê a criação de uma empresa local de natureza metropolitana de mobilidade e transportes na Área Metropolitana do Porto e a dissolução da Entidade. Assim, apesar das demonstrações financeiras anexas terem sido preparadas à luz do princípio da continuidade das operações, esta situação indica uma incerteza material sobre a continuidade da Entidade.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;



- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação adequada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 29 de maio de 2023

Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos
R.O.C. n.º.1314 – ROC Executor
Registo na CMVM n.º.20160924

António Magalhães & Carlos Santos - SROC
representada pelo Sócio-Administrador
Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. n.º.177
Registo na CMVM n.º.20160037

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 29 196 172 euros e um total de capital próprio de 6 189 734 euros, incluindo um resultado líquido de 1 709 251 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE em 31 de dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Incerteza material relacionada com a continuidade

Conforme referido na nota 2.1 do anexo, chamamos a atenção para o facto das demonstrações financeiras terem sido elaboradas usando o pressuposto da continuidade, não obstante o n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 121/2019, de 22 de agosto, estabelecer a dissolução da Entidade, aguardando-se que sejam encetados os procedimentos necessários a essa dissolução e à criação da empresa metropolitana de transportes. Estas situações indicam uma incerteza material sobre a continuidade da Entidade. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Ênfase

Conforme se encontra mencionado na nota 16 do anexo, chamamos a atenção para o facto da aquisição de viagens, por parte dos clientes, ocorrer em momento anterior ao da sua utilização, o que origina uma diferença temporal entre os valores da receita da venda de títulos intermodais Andante e os valores repartidos pelos operadores aderentes ao Sistema Intermodal Andante. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da receita a repartir, que corresponde à diferença temporal mencionada, e que se encontra registado na rubrica Outras Contas a Pagar, é de 13 606 623 euros (10 631 626 euros em 31 de dezembro de 2021). Este valor inclui o montante estimado de viagens não reclamadas ascendendo a 101 411 euros (idêntico ao ano anterior), obtido através da diferença entre o total da receita arrecadada por repartir e os valores das responsabilidades estimadas. Não existindo no acordo intermodal em vigor qualquer definição sobre a responsabilidade por estas viagens não reclamadas, há alguma incerteza sobre a forma como irão ser regularizadas no futuro. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- (v) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 30 de maio de 2023



Paulo Jorge de Sousa Ferreira
(ROC n.º 781, inscrito na CMVM sob o n.º 20160414)
em representação de BDO & Associados, SROC, Lda.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores membros do Agrupamento,

Em conformidade com a legislação em vigor, o mandato que nos foi conferido e no cumprimento do contrato de agrupamento do "TIP - TRANSPORTES INTERMODAIS DO PORTO, A.C.E." (Agrupamento), vem o Fiscal Único apresentar o seu relatório sobre a atividade desenvolvida e emitir o seu parecer sobre o Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que lhe foram disponibilizados para apreciação pelo Conselho de Administração.

O Fiscal Único acompanhou a atividade e os negócios do Agrupamento, realizou testes e outros procedimentos, quando entendeu necessários, aos bens e valores do Agrupamento, tendo obtido esclarecimentos do Conselho de Administração e dos Serviços sobre algumas situações.

O exercício de 2022 fica marcado pela retoma acentuada registada ao nível da procura pelos utilizadores de transportes públicos na Área Metropolitana do Porto, o que permitiu igualmente um acréscimo acentuado da rentabilidade de exploração, facto com que nos congratulámos e revela a preferência pela intermodalidade.

O Agrupamento, sublinhando a vertente de inovação sempre presente neste projeto manteve e reforçou as atividades de desenvolvimento de plataformas que promovem a bilhética móvel.

O Fiscal Único, no âmbito das suas funções, examinou as Demonstrações Financeiras compostas pelo Balanço, Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das Alterações nos Capitais Próprios, dos Fluxos de Caixa e as Notas anexas às demonstrações financeiras, concluindo que o Agrupamento utilizou políticas contabilísticas e aplicou critérios de valorimetria que determinaram uma correta avaliação do património e dos resultados e que os mesmos se enquadram dentro das normas legais e estatutárias, pelo que concorda com as contas.

Procedeu ainda à apreciação do Relatório de Gestão do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 emitido pelo Conselho de Administração e do Relatório de Auditoria sobre as contas emitido pelo Auditor Externo, os quais mereceram o seu acordo, e emitiu a Certificação Legal das Contas que inclui uma incerteza material relacionada com a continuidade face aos efeitos do previsto no Decreto-Lei nº.121/2019 de 22 de agosto, que prevê a criação de uma empresa local de natureza metropolitana de mobilidade e transportes na Área Metropolitana do Porto e a dissolução do Agrupamento.

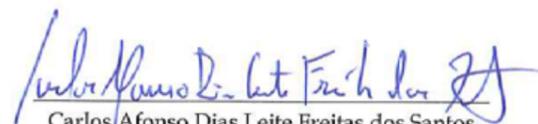
O Fiscal Único expressa o seu reconhecimento ao Conselho de Administração e demais colaboradores do Agrupamento pela disponibilidade e colaboração no desempenho das suas funções.

Nestes termos, o Fiscal Único é de Parecer:

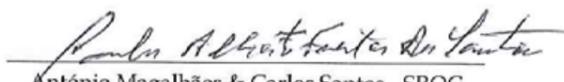
- 1.º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício de 2022;
- 2.º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados contida no Relatório de Gestão.

Porto, 29 de maio de 2023

O Fiscal Único



Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos
R.O.C. n.º.1314 – ROC Executor
Registo na CMVM n.º.20160924



António Magalhães & Carlos Santos - SROC
representada pelo Sócio-Administrador
Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. n.º.177
Registo na CMVM n.º.20160037



Transportes Intermodais do Porto
RELATÓRIO E CONTAS 2022